



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Havendo número regimental, declaro iniciada a 3ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com a finalidade de ouvir o eminente Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, que irá discorrer sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2004, que já se encontra sobre a mesa.

Para melhor andamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. nº 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Ministro disporá de vinte minutos para sua exposição, não podendo ser aparteado.

Antes disso, esclareço ao Plenário que o prazo de emendas para a LDO foi prorrogado para o dia 12 de maio, ou seja, foi estendido por mais uma semana, dados os fatos ocorridos e os feriados que impediram que os prazos iniciais fossem cumpridos.

Com a palavra o nobre Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se a vinda do Ministro à Casa foi de iniciativa dos Deputados ou do próprio Ministro. De quem partiu a iniciativa?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Da Comissão.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Ela aprovou um requerimento nesse sentido?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não houve requerimento. A Comissão fez a solicitação, e o Ministro também se ofereceu para vir aqui.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Pergunto porque não tive conhecimento de requerimento de convite ou de convocação. Então, imagino que só tenha havido duas hipóteses: ou a Comissão convidou ou o Ministro, com todo o direito, se autoconvidou.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Foi uma gentileza especial do Ministro, que se sobrepôs ao Regimento e se ofereceu para depor aqui.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Acho isso positivo, Sr. Presidente, é um bom caminho, é uma preliminar, mas é importante que se saiba que estamos começando a receber os estudos e os trabalhos que estão sendo feitos pelas assessorias, inclusive pela assessoria da Comissão de Orçamento, para análise da LDO. Portanto, é bem possível que tenhamos necessidade, se a Comissão desejar, de que mais adiante o Ministro retorne, quando já tivermos debatido e analisado todos os elementos que envolvem essa questão. Em todo caso, é bem-vinda a exposição preliminar de S.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Acredito que em nenhum instante o Ministro se furtará a vir aqui prestar esclarecimentos. Temos outras audiências públicas.

Embora nosso sistema seja presidencialista, estamos dando alguns passos para o Parlamentarismo com a presença constante de Ministros no Congresso.

Com a palavra o Sr. Ministro.

**O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA** - Exmo. Sr. Senador Gilberto Mestrinho, Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Sras e Srs. Senadores, Sras e Srs. Deputados, agradeço-lhes o convite. Tive a impressão de que o convite para que eu viesse aqui esclarecer a proposta da LDO, apresentada pelo Governo, havia partido da Comissão e de que fosse uma audiência pública marcada com esta finalidade. Mas estarei à disposição da Comissão para vir aqui quantas vezes forem necessárias para esclarecer todos os pontos que desejarem.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias que o Governo apresentou a esta Casa procura estabelecer as normas e as diretrizes para a elaboração do Orçamento de 2004.

Nosso objetivo foi simplificar os parágrafos, porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem-se tornado uma peça cada vez mais complexa e volumosa, diga-se de passagem, talvez até fugindo a suas finalidades originais. É claro que isso vem preencher uma lacuna deixada pela Lei nº 4.320, lei antiga, superada e que deve ser renovada assim que for possível.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem também de estabelecer as metas fiscais a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal para o período de 2004/2005.

Quando elaboramos a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias, levamos em conta determinado cenário econômico que, naturalmente, vai influir no Orçamento de 2004. Dependendo do cenário, teremos uma receita melhor ou pior, e, por sua vez, o Orçamento



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de 2004 vai também influir no cenário econômico. Então, há uma dupla determinação dessas questões.

A proposta do Governo para a Lei de Diretrizes Orçamentárias e para a elaboração do Orçamento de 2004 tem como objetivo criar as condições no País para o advento do crescimento sustentado. Nosso objetivo é que a partir de 2004 sejam criadas no País condições para diminuir as desigualdades regionais e sociais que existem hoje no País.

O enfrentamento da questão social, a redução da vulnerabilidade brasileira em relação aos mercados internacionais são os objetivos do Orçamento/2004 e, portanto, da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Para que sejam restabelecidas as condições de crescimento no País, é preciso que recuperemos a confiança perdida no ano passado. Como todos sabem, o País viveu aguda crise de confiança com a perda dos créditos internacionais e estivemos em condições bastante críticas e precárias no final do ano passado, sem créditos para poder enfrentar os pagamentos externos, com o Risco País elevando-se para um patamar de até 2.400 pontos.

Então, as ações do Governo, a partir dos seus instrumentos — dos quais o mais importante talvez seja o Orçamento 2004 e também o Plano Plurianual, que será feito este ano —, têm como objetivo recuperar a confiança de modo que o Risco País caia, restabelecer créditos, diminuindo a pressão inflacionária hoje existente, e, finalmente, baixar a taxa de juros.

Todo esse conjunto de medidas, a estratégia macroeconômica do Governo neste primeiro momento, visa criar condições para que a taxa de juros caia no País. Se isso não acontecer, ficará muito difícil estimular o investimento e alcançar o crescimento sustentado.

É com base nesses objetivos que fizemos a proposta na Lei de Diretrizes Orçamentárias de manter meta elevada de superávit primário.

Um dos parâmetros mais importantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias é a meta de superávit primário, prevista para o próximo ano e para 2005 e 2006. Para o próximo ano, é uma meta que tem de ser cumprida e, para os anos seguintes, é apenas uma meta indicativa, que poderá ser discutidas nas próximas LDOs.

Então, estaremos mantendo para o próximo ano o superávit primário de 4.25, a mesma meta que nos estamos impondo para o exercício de 2003. Essa meta, evidentemente, implica certo sacrifício do setor público brasileiro e uma disponibilidade menor de recursos para gastos e investimentos.

O objetivo desse superávit primário maior é justamente manter sob controle e até reduzir o endividamento do País, ou seja, fazer com que a relação dívida/PIB, considerada importante indicador da saúde financeira do Estado, caminhe para patamares mais administráveis.

No ano passado, tivemos no País elevação considerável da relação dívida/PIB. Chegamos a uma relação de 66% do PIB no final. E o nosso propósito é conseguir a redução dessa relação, de modo que a dívida seja cada mais solvente, que ela possa ser paga com os recursos do Estado.

Então, a redução da relação dívida/PIB nos permitirá aumentar a confiança nas contas públicas do País e reduzir ainda mais o Risco País, que já caiu consideravelmente, mas ainda está acima dos patamares internacionais. O Brasil, como país emergente, possui um Risco País que é mais do dobro da média do risco dos demais países emergentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Sr. Ministro, interrompo V.Exa. para convidar o Deputado Paulo Bernardo, Relator da LDO, a sentar-se à mesa.

**O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO** – Sr. Presidente, eu estava com o Presidente Lula num almoço.

**O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA** – Continuando, ao reduzirmos essa relação dívida/PIB a partir de um superávit maior, poderemos criar condições para a queda do Risco País e para a redução mais rápida da taxa de juros.

Portanto, se o superávit primário, por um lado, implica diminuição dos gastos e investimentos do Governo, por outro lado, estimula o aumento de gastos e investimentos do setor privado, porque, ao cair a taxa de juros, os créditos tornam-se mais baratos e poderemos ter uma reativação dos investimentos. Caso isso aconteça, significará um crescimento maior do PIB. Havendo esse crescimento, a receita fiscal cresce também, o que



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

acaba resultando numa disponibilidade maior de recursos até por parte do Governo para gastos e investimentos. Portanto, há uma compensação.

Se produzirmos um superávit primário de 4,25 ao longo dos próximos três anos, a dívida líquida terá uma trajetória descendente, e, ao final do Governo Lula, em 2006, estaremos com uma dívida abaixo dos 50% do PIB, o que me parece um patamar bastante razoável e significa controle da dívida pública do País.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Na terceira linha, temos uma previsão para reconhecimento de esqueletos, que são dívidas contraídas no passado, obrigações que o Poder Executivo possui e que não vieram ainda à luz, mas que poderão aparecer ao longo do tempo. Isso é apenas uma estimativa. Esse percentual de 0,83% para 2004 e os demais percentuais poderão não se verificar. Tomara que não se verifiquem. Estão sujeitos a ações judiciais ou a reconhecimento de dívidas, ainda que não estejam consolidadas. É possível que não tenhamos essa despesa e, portanto, a redução da relação dívida/PIB fique ainda num patamar mais favorável.

No quadro seguinte, temos os demais indicadores econômicos para o cenário de 2004, 2005 e 2006.

Então, eu queria salientar neste cenário dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, a redução da taxa real de juros, que hoje se encontra num patamar próximo a 11% ou 12%. Estou falando em taxa real, tirando a inflação. E a tendência é que essa taxa, a partir da política que mencionei e dos superávits primários, caia para um patamar de 8,38% em 2004; 7,68 e 6,62% ao longo desses três anos. Essa seria uma taxa de juros bem mais razoável em relação a deste ano e a dos anteriores, sinalizando queda do custo financeiro e estímulo para a volta dos investimentos.

O resultado de uma taxa de juros mais baixa pode ser verificado na linha do PIB. Esperamos, a partir dessas medidas, desse conjunto de políticas, fazer com que o PIB real tenha crescimento de pelo menos 3,5% no próximo ano. Todos nós sabemos que um dos problemas econômicos cruciais da economia brasileira é a falta de dinamismo do PIB, que tem crescido a taxas muito baixas, causando desemprego e queda da receita fiscal.

Então, no próximo ano, estaremos caminhando para um crescimento da ordem de 3,5%, taxa superior àquela que será obtida em 2003, quando esperamos algo como entre 2% e 2,5%, e muito superior ao crescimento de 2002 e de 2001. Portanto, estaríamos caminhando em direção ao crescimento sustentado. Para o ano seguinte, estamos cogitando uma taxa de crescimento de 4% e, finalmente, para 2006, 4,5%.

As demais variáveis indicam a taxa de inflação medida pelo IGPDI. Para 2004, 7,5%. Portanto, também uma redução da inflação em relação a este ano e uma trajetória descendente até chegar a 4% em 2006.

Nas linhas seguintes, temos a taxa nominal de juros. Portanto, juro real mais a inflação. E, finalmente, a taxa de câmbio de 3,56 para o final do ano de 2004.

Evidentemente, esses dados todos, com exceção do índice de superávit primário, são apenas indicativos, não somos obrigados a obter exatamente esses números, que poderão sofrer algumas variações a partir dos cenários econômicos que se estabelecerem nesses períodos.

Não é possível estabelecer um número preciso, mas assinalar para as tendências que queremos produzir a partir do Orçamento para 2004 e para os anos sucessivos e a partir do Plano Plurianual, que será apresentado ainda este ano. Ou seja, criaremos um cenário de crescimento sustentado da economia, um crescimento que não vai em ziguezague, mas se consolidando e alcançando, a cada ano, um patamar maior, um cenário de inflação decrescente e de juro crescente na economia brasileira.

Em relação ao superávit primário, pretendemos introduzir a partir de 2005 um mecanismo anticíclico, que seria uma forma de atenuar possíveis sobressaltos do PIB brasileiro; ou seja, em vez de estabelecermos um superávit definido de 4,25 para 2005 e 2006, dependendo do comportamento do PIB naqueles anos, poderemos, se o desempenho da economia foi melhor ainda do que o esperado, estabelecer uma reserva orçamentária, ou seja, criar um fundo que não será gasto neste ano, mas no ano seguinte, se eventualmente o nível de atividade for inferior ao do ano 2005. Este seria um mecanismo para compensar possíveis altos e baixos na economia brasileira.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Suponhamos que a economia brasileira tenha um desempenho inferior ao projetado, caso seja mantida a projeção de 4% para 2005. Se a economia brasileira não crescer 4%, mas apenas 3%, a arrecadação do Estado será menor e nós reduziremos o nível do superávit primário para um patamar inferior a 4,25%, ou seja, disponibilizaremos mais recursos para uma ação anticíclica. Se a economia crescer menos, o Estado investirá mais, gastará mais e compensará esse movimento da economia.

Em contrapartida, se o crescimento fosse maior do que 4% do PIB, como 5%, 6%, 7%, então, essa diferença, essa receita adicional seria colocada num fundo que financiaria gastos sociais no ano seguinte, 2006. Desse modo, conseguiríamos uma trajetória mais estável para os gastos do Estado e para o comportamento da economia brasileira. Este seria um mecanismo de estabilização da economia brasileira.

Com isso, acredito que estão dados os principais parâmetros econômicos.

Que outras hipóteses adotamos para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias? Estabelecemos a manutenção da receita fiscal em 23,5% do PIB. Fizemos uma média da receita fiscal dos últimos anos e chegamos à conclusão de que é possível obter, nos próximos anos, cerca de 23,5% do PIB como receita fiscal.

Haverá também uma interferência da reforma tributária nos resultados econômicos e financeiros. Se aprovada, a reforma tributária permitirá o alargamento da base de arrecadação e uma melhor distribuição da carga fiscal. Portanto, a reforma tributária tem caráter neutro. Ela não pretende aumentar a carga fiscal, porém, vai permitir melhor distribuição dessa carga fiscal sobre a sociedade brasileira. Ela vai simplificar o sistema tributário. Isso poderá até acarretar elevação da receita fiscal.

Do lado da despesa, temos medidas de redução das despesas obrigatórias, com destaque para a reforma da Previdência. Se a reforma da Previdência se efetivar, teremos a redução da maior despesa do Orçamento Fiscal. A despesa da Previdência representa cerca de um terço de todas as despesas. Isso também poderá permitir alguma alteração no Orçamento Fiscal de 2004.

Outra hipótese adotada é a redução da rigidez orçamentária. Temos um Orçamento muito rígido, do ponto de vista da despesa. Mais de 90% da despesa é obrigatória, não pode sofrer nenhum tipo de alteração, o que dificulta a execução fiscal e a possibilidade de ajustes no Orçamento. O nosso objetivo, portanto, seria também reduzir essa rigidez.

Apresentamos um quadro que mostra quais seriam os resultados daquele cenário macroeconômico que aparece nos quadros anteriores, como o superávit primário etc. Estamos projetando uma receita não financeira da ordem de 23,5% do PIB em 2004 e mantendo esse patamar de receita para os próximos anos.

A despesa não financeira seria a diferença entre a receita não financeira e o resultado primário do Governo, apenas isso. A despesa está sendo calculada apenas como a diferença da receita menos o superávit primário. Temos o resultado, a despesa que pode ser efetuada. Não existe ainda nenhuma especificação dos principais componentes da despesa, como salário mínimo, aumento dos servidores etc. Nada disso foi computado. Temos apenas um número global de despesa. Depois, por ocasião do Orçamento Fiscal, teremos que distribuí-lo de acordo com o conjunto de despesas.

A linha número 4 mostra o resultado nominal, que é o resultado primário mais a despesa financeira. Temos um resultado nominal ainda negativo em 2004, mas caminhamos para um equilíbrio nominal.

Temos a contribuição das empresas estatais para o superávit primário, 0,7% do PIB, que se converterá no resultado primário, Governo mais empresas, de 3,15%. Para se chegar aos 4,25% é preciso o resultado primário também de Estados e Municípios, que vai perfazer cerca de 1,1%, para que tenhamos 4,25%.

A última linha reflete a dívida líquida do Governo Federal.

Estou completando os meus vinte minutos de exposição. Para uma primeira abordagem, considero que o tempo tenha sido suficiente, para que depois possamos esclarecer dúvidas e questionamentos sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Encerrada a exposição do Sr. Ministro, passo a palavra ao Relator, Deputado Paulo Bernardo.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO** – Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Ministro, é motivo de grande satisfação ter V.Exa. novamente nesta Comissão, iniciando o debate sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Sr. Presidente, quando cheguei, dirigi-me a V.Exa. brincando, mas peço desculpas pelo atraso. Almoçamos com o Presidente da República. V.Exa. deve ter reparado que quase toda nossa bancada chegou atrasada. Contudo, tive oportunidade de ouvir a exposição do Ministro.

Sr. Ministro, levantarei algumas questões sobre as quais temos conversado com nossa bancada e com a Assessoria e Consultoria Técnica da Câmara e do Senado. A uma dessas questões V.Exa. já fez menção: a LDO não explicita as metas e as prioridades que serão apostas no Orçamento para 2004.

Entendemos que este é o primeiro ano do Governo. Temos que elaborar o Plano Plurianual. Como não temos ainda o Plano Plurianual, não há metas. Temos um problema de compatibilização. O Governo está propondo no projeto — a exemplo, aliás, do que aconteceu nas duas vezes anteriores em que o PPA esteve aqui — que seja remetida a discussão da fixação das metas e do estabelecimento de prioridades para o Plano Plurianual. Quero ouvir de V.Exa. como poderemos sair dessa situação.

Na verdade, temos um problema de calendário, que talvez possa ser resolvido com a elaboração de uma nova lei complementar que trate da questão orçamentária, mas o fato é que temos de elaborar a LDO até o dia 30 de junho para que o Governo possa fazer o Orçamento. Contudo, o Plano Plurianual, que deve conter o direcionamento para que estabeleçamos as metas e as prioridades da LDO, só vai ser mandado no segundo semestre.

Uma das alternativas que começamos a discutir seria a seguinte: na lei complementar, na regulamentação dessa questão, anteciparíamos, talvez por quinze ou trinta dias, a remessa do Plano Plurianual para esta Casa, até para que tentemos fazer uma discussão mais aprofundada do problema antes da tramitação do Orçamento.

O fato é que vamos ter de fazer tudo, como das outras vezes, de maneira conjunta, ou seja, alguns dias entre a definição do que vai estar no Plano Plurianual e a confecção do Orçamento. Então, essa é uma questão que gostaria de começar, porque acredito que a Comissão de Orçamento tem que se debruçar sobre isso e encontrar uma saída, talvez mudar o calendário. Não podemos pedir ao Governo, qualquer que seja ele, que antecipe para o primeiro trimestre o PPA, porque o prazo será muito curto, mas pelo menos um mês de antecipação no próximo Plano Plurianual.

V.Exa. falou da rigidez orçamentária e mencionou a necessidade de sua redução. Que alternativas o Governo está cogitando? Como o Ministério está trabalhando essa questão? Não sei se V.Exa. fez referência à DRU. O que podemos fazer? O que podemos esperar e como é que podemos trabalhar essa questão do excesso de vinculação e de rigidez orçamentária?.

Uma terceira questão é sobre os recursos destinados à área social. Neste ano a LDO tem como critério para a repartição dos recursos na área social, o IDH — Índice de Desenvolvimento Humano. Isso ocorre no caso dos programas em cuja aplicação dos recursos não se especificou critérios.

O Governo mandou-nos o projeto fixando como critério a proporcionalidade entre população e renda. Como representa uma mudança em relação ao que havia no ano passado, seria interessante sabermos. Para ser sincero, não sei dizer qual é o critério mais justo, mais adequado.

Indago de V.Exa. se poderia discorrer um pouco sobre o debate que está sendo feito internamente no Governo, que temos acompanhado pela imprensa ou em conversas com assessores e com Ministros, sobre a evolução dos programas sociais. Fala-se, por exemplo, da unificação do cadastro, da adoção de um critério geral para todos os programas. Tive a oportunidade de conversar sobre isso com o Senador Eduardo Suplicy, que tem um projeto de renda para a cidadania, do qual sou relator. Gostaria, se for possível, de ouvir de V.Exa. alguma coisa sobre o assunto, porque acredito que esse debate deverá produzir reflexos no Congresso Nacional e esta Comissão tem de discutir o tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Ministro.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA** – Deputado Paulo Bernardo, com relação à antecipação do PPA de modo a explicitar metas e prioridades, é um pouco difícil, porque já temos um tempo muito restrito para a sua elaboração.

A elaboração do Plano Plurianual é um trabalho de grande envergadura, principalmente com a metodologia que queremos utilizar, ouvindo a sociedade civil, as regiões do País para que interfiram na definição dos programas do Plano. Isso implica um trabalho descomunal; consultar Governadores, Deputados, entidades patronais, sindicais etc. Já temos um prazo muito apertado, 31 de agosto. Antecipá-lo seria temerário; seria muito difícil. Parece-me que esta não é a melhor solução. Talvez possamos encontrar alguma outra alternativa, como, por exemplo, procurar definir metas e prioridades do PPA antes da sua finalização, ou seja, na finalização teremos os programas e os projetos do PPA, mas muito antes disso, no meio do caminho, teremos já as metas e as prioridades. Talvez pudéssemos entregar à Comissão essas metas no meio do processo discutidas e definidas. Seria um trabalho de cooperação entre o Executivo e o Legislativo, que estabeleceria essas prioridades antes do término da LDO. Talvez seja uma solução. Não sei quais são as implicações legais disso, mas podemos estudá-las.

Quanto à rigidez orçamentária, acredito que esta é uma situação bastante conhecida. Eu mesmo já tive a oportunidade, nesta Comissão, de apresentar um gráfico da rigidez orçamentária brasileira. É uma tendência para que as despesas obrigatórias, constitucionais ou não, aumentem em relação ao volume de recursos orçamentários, o que vai diminuindo a possibilidade de administração do orçamento federal.

Quando se coloca uma situação de redução de recursos de contingenciamento, encontramos um orçamento extremamente rígido, e aí a adaptação implica que as unidades protegidas não sofrem qualquer restrição, mas, em compensação, as unidades não protegidas, os Ministérios, que muitas vezes realizam trabalhos importantes, que administram programas importantes para a sociedade, sofrem um sacrifício muito maior, desequilibrando a peça orçamentária.

Então, deveríamos pensar em um sistema que, por um lado, eliminasse a DRU, que é um mecanismo de flexibilização do Orçamento, mas incorporasse a DRU a partir da desvinculação de uma parte das despesas que hoje são rígidas.

Não tenho uma proposta porque, como o momento não é oportuno, não estamos nos dedicando a essa discussão. Mas em breve poderemos formular uma proposta e submetê-la à apreciação dos senhores.

A rigor o melhor caminho seria uma revisão da Lei Orçamentária nº 4.320. Seria uma solução mais radical. Existem no Congresso Nacional leis tramitando que modernizariam essa legislação, que é muito antiga e inoperante, e ajudaria a resolver esse problema. Mas é prematura a discussão dessa questão. Não tenho uma resposta neste momento para isso.

Quanto à questão dos recursos da área social, fizemos uma avaliação e chegamos à conclusão de que levar em conta não o IDH, mas a população e o nível de renda da população — quanto menor a renda maior o serviço que o Estado deve prestar para aquela população —, é um critério mais objetivo, mais preciso. Utilizar o IDH envolve uma combinação de critérios muitas vezes não tão objetivos. Neste sentido é que estamos propondo a mudança de critério. Poderemos discutir se de fato são eficientes ou não nas discussões que teremos na Comissão.

Em relação ao debate que está havendo sobre os programas sociais do Governo, por um lado o que estamos fazendo é um balanço, uma avaliação do conjunto de programas sociais do Governo de modo a racionalizá-los. Encontramos um conjunto muito grande de programas sociais que acabam trombando entre si, incidindo sobre a mesma população ou então produzindo custos administrativos redundantes. Queremos fazer uma racionalização desses programas. Em vez de dar auxílio-gás de 7 reais e 50 centavos, mais 15 reais de uma bolsa-renda, mais 50 reais de uma outra bolsa, podemos juntar programas que tenham afinidade e que atendam ao mesmo público de modo a aumentar a sua eficácia.

Então, trata-se exatamente de uma reformulação, de uma racionalização de programas já existentes de modo a melhorar os serviços que chegam à população.

Um dos problemas a se enfrentar é o cadastro. Chegamos à conclusão de que o cadastro que está norteando essas ações do Governo é defeituoso, não detecta exatamente o



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nível de pobreza, o nível de miséria da população. Então, já nos estamos empenhando na elaboração de um cadastro mais preciso para que o dinheiro, o auxílio chegue à população mais carente. É esse o trabalho que estamos fazendo.

O Presidente Lula criou uma Câmara Social, com a participação de todos os Ministros da área que têm programas dessa natureza e estamos fazendo essa avaliação, esse estudo de forma a melhorar esses programas.

O Programa de Renda Mínima, do Senador Suplicy, seria uma maneira de simplificar esse conjunto de programas e destinar os recursos de forma mais focalizada, mais concentrada. Não vou dizer que é isso que está em cogitação, mas digamos que se caminha um pouco nesse direção: junção de programas que são redundantes, que acabam incidindo nos mesmos segmentos da população, de modo que sejam mais eficientes.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Obrigado, Sr. Ministro.

Daremos início agora ao debate com os Srs. Parlamentares. Relembro que haverá três minutos para as perguntas e três minutos para as respostas, com direito à réplica e à tréplica. Há muitos inscritos, o que nos impõe a observância do tempo.

Com a palavra o nobre Senador Roberto Saturnino.

**O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, vou dizer algumas coisas antigas. Sou antigo, mas acredito que é importante lembrar algumas coisas. Observando a evolução da economia brasileira nos últimos quarenta, cinquenta anos, observamos uma correlação muito estreita entre a evolução do PIB e a evolução dos investimentos públicos em infra-estrutura. São curvas quase paralelas.

Hoje estive no Senado o Ministro dos Transportes mostrando que nos primeiros anos da década de 70 o Brasil investia cerca de 2% do PIB em transporte, sem considerar energia, e hoje está investindo 0,02%, 100 vezes menos do que investia nos anos 70.

Sr. Ministro, essa questão do investimento público, na minha visão, é decisiva. É claro que a efetivação das reformas, a redução dos juros, o atendimento ao mercado vai resultar, sim, em uma retomada do dinamismo da nossa economia. A grave situação do Brasil de hoje, desestruturado socialmente com os fenômenos da criminalidade, da corrupção, do desemprego, da injustiça, também resulta de vinte anos sem crescimento.

Precisamos retomar o crescimento com taxas mais ousadas em relação à capacidade da economia brasileira. Acredito que o Brasil tem que crescer mais de 5% ao ano para poder atender a essa demanda, que é, a meu juízo, muito grave — e antes de 2006, para ir ao encontro de uma expectativa nacional nesse sentido.

A chave dessa retomada está muito ligada aos investimentos públicos, especialmente em infra-estrutura. O Ministro Anderson Adauto hoje se manifestou a favor da vinculação da CIDE. Quero dizer aqui que também sou favorável, mas essa vinculação vai de encontro a toda a vontade e política do Governo de flexibilizar o Orçamento.

Agora, seja vinculando a CIDE, seja buscando outros caminhos, penso, Sr. Ministro, que é importante agora, quando se discute a LDO, o Orçamento, o PPA, buscarmos recursos para garantir investimento públicos substanciais em infra-estrutura, transportes e energia.

Com toda a franqueza, se é necessária — e penso que é — a manutenção do superávit primário alto, de mais de 4%, se temos uma taxa de juros elevada e uma despesa com juros muito grande, Sr. Ministro, acredito que elevar um pouco mais, mesmo que temporariamente, a carga tributária do Brasil não é nenhum escândalo, embora o seja para a imprensa e para os conservadores.

Acredito que escândalo é o que está acontecendo na sociedade brasileira, é a estagnação, é a injustiça social, é a falta de meios para retomar o desenvolvimento econômico e a capacidade de redistribuição de renda, porque na estagnação não se distribui nada.

Não é só nos países escandinavos que se encontram taxas; na França, na Alemanha, na Itália, na Espanha, na Inglaterra, em Israel, em todos esses países a carga tributária é de 40% do PIB para cima. E eles não têm os problemas que o Brasil tem. O Brasil tem problemas muito mais graves, como o desemprego, a desestruturação social.

Então, é preciso que a sociedade brasileira se compenetre de que há necessidade de um esforço, inclusive fiscal. Agora, é claro que isso tem que ser dirigido para o topo da pirâmide.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A reforma tributária é fundamental nesse particular, porque tem que haver uma distribuição mais justa, que complemente o trabalho de revitalização da economia com redistribuição de renda.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Ministro.

**O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA** – Senador Saturnino, V.Exa. tem toda a razão em estabelecer uma correlação entre a elevação do PIB e gastos com infra-estrutura. Nos períodos em que o PIB brasileiro crescia a uma taxa mais elevada, o Estado arrecadou mais. Esta é a correlação que ocorre: o Estado arrecada mais e dispõe de mais recursos para investir.

**O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO** – É que em economia isso freqüentemente é circular. Uma coisa é efeito, mas também é causa. É preciso, em determinado momento, romper a circularidade, principalmente se ela é negativa.

**O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA** – Infelizmente, no período passado, tivemos também um agigantamento da dívida pública que nos comeu um pouco da margem de manobra para fazer gastos, mesmo que não lastreados em receita.

Concordo também que há uma carência extrema na área de infra-estrutura brasileira. As nossas estradas estão em petição de miséria. Algumas até desapareceram do mapa. E elas são importantíssimas para viabilizar não só a locomoção das pessoas, mas também o transporte de cargas, o transporte dos produtos brasileiros para o consumo interno, para a exportação.

Então, é fundamental a recuperação da malha rodoviária, ferroviária, hidroviária e toda a infra-estrutura; é uma questão central para essa recuperação. Acontece que hoje nos defrontamos com uma carência extrema de recursos. O cobertor é muito curto e temos que abrigar despesas que se movem, que se avolumam e que têm que ser praticadas. Há despesas obrigatórias do Estado: gastos com Previdência, 106 bilhões de reais; folha de pagamento, 78 bilhões de reais; gastos com saúde, 29 bilhões de reais; gastos com saúde, 29 bilhões de reais; há também a educação.

Tudo isso acaba deixando uma margem de manobra muito pequena. Para mantermos o equilíbrio orçamentário e diminuirmos a relação dívida/PIB temos que reduzir os investimentos, porque as despesas obrigatórias não podem ser reduzidas. Por isso assinalo a questão da rigidez do Orçamento.

Porém, se for mantida essa linha de atuação do Governo, essa política que num primeiro momento exige um sacrifício adicional — um superávit primário maior —, o benefício, que é a redução da taxa de juros, virá rapidamente. Temos que levar em conta que hoje uma das principais despesas do setor público é o juro, é o serviço da dívida pública. No ano passado, pagamos uma fortuna com o serviço da dívida pública — 134 bilhões de reais somente no Governo Federal, mais os gastos dos Governos Municipais e Estaduais.

Se tivermos uma estratégia que nos permita baixar os juros rapidamente, essa despesa diminuirá e sobrá mais dinheiro para o setor público e estimulará o investimento privado. Temos que usar a criatividade e atrair investimentos do setor privado para a infra-estrutura. Se o Estado não pode aumentar o seu endividamento, temos de criar condições para que o setor privado faça as estradas e as hidrovias. Estamos pensando em saídas dessa natureza.

No ano que vem a situação orçamentária será um pouco mais favorável do que neste ano. Estamos contando com uma redução da taxa de juros, o que representa custos menores, com uma elevação do PIB maior do que neste ano e com uma reforma tributária. Isso permitirá alguma receita adicional e talvez uma flexibilização do Orçamento, o que nos permitirá alocar mais recursos para infra-estrutura.

Tenho uma certa preocupação em fazer uma reforma tributária que aumente a carga, embora reconheça que haja países, principalmente no continente europeu, onde a carga tributária é maior do que a nossa, chegando a 45%, 50%, 55%. Mas para um país emergente o Brasil já está com uma carga elevada. E o pior é que ela se elevou aceleradamente num período em que a economia estava semi-estagnada, o que trouxe uma perda de dinamismo. Se a economia está crescendo pouco e aumenta-se a carga fiscal,



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reduz-se o investimento e, conseqüentemente, o consumo. Acaba-se estimulando um círculo vicioso.

Prefiro, neste primeiro momento, colocar as fichas numa situação que permita a retomada do crescimento e a obtenção de uma receita fiscal do crescimento, da eficiência da arrecadação ou de um sistema que consiga ampliar a base de arrecadação, mas sem recair nos ombros daqueles que hoje já pagam impostos elevados no Brasil.

O percentual de 35% do PIB não é pouco. É igual àquilo que se tributa na Inglaterra, 36%, e é semelhante ao que se pratica na Alemanha, 38%. Portanto, esse caminho seria temerário, mesmo porque a economia ainda não cresceu. Se antes de a economia começar a crescer aumentarmos a carga fiscal, o investimento pode-se retrair. Portanto, parece-me que, pelo menos neste momento, esse não seria o melhor caminho.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Sr. Presidente, se continuarmos fazendo os questionarmos um a um, com a resposta em seguida, não haverá tempo para todos os Srs. Deputados se manifestarem, porque daqui a pouco seremos convocados para votação em plenário. Se pudermos fazer as perguntas em blocos, um maior número de Parlamentares poderão usar a palavra. Depois o Sr. Ministro responderá também em bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Desde que o Plenário concorde, não há nenhuma oposição desta Presidência. Se o Plenário concordar, faremos blocos de cinco Parlamentares.

Com a palavra o Deputado Alberto Goldman, do PSDB de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - Sr. Presidente, vai ser difícil debater dessa forma, de dúzia em dúzia. Mas, enfim, estamos em uma fase preliminar e este é o primeiro momento em que contamos com a presença do Ministro. Nós mesmos não temos ainda o trabalho todo estudado e estruturado. Por isso acho razoável que o debate seja feito dessa forma neste primeiro momento.

Mas seria importante que, num segundo momento, houvesse uma reunião no período da manhã. Começando às 9h, teríamos um tempo maior e não ficaríamos pressionados pela Ordem do Dia. Em todo caso, não quero abrir mão da minha tréplica, garantida regimentalmente — se houver necessidade, evidentemente.

Sr. Ministro, V.Exa. traz uma questão muito importante, principalmente no que diz respeito às reformas que estão sendo feitas e à sua previsão. Esse vai ser o nosso trabalho. A posição do PSDB é esta: não pode haver aumento da carga tributária. Ainda não tomamos conhecimento do conjunto de reformas e não temos posição sobre ele, mas achamos que discutir reformas é de fato algo importante numa visão progressista da sociedade.

Concordo com o José Genoíno — atual Presidente do PT, não o Presidente do PT de alguns anos atrás —, que pensa que ser a favor das reformas é ser de esquerda. Ele era de direita, agora veio para a esquerda, o que é um fato extremamente positivo e alvissareiro.

Sr. Ministro, tenho duas questões básicas neste momento. A LDO, que faz a previsão para os próximos anos, quando trata dos rumos do regime próprio da Previdência Social, não prevê aumento real do salário mínimo. Temos conhecimento do compromisso de campanha do Presidente Lula, reafirmado recentemente diversas vezes: "Vamos dobrar o valor real do salário mínimo". Se se vai dobrar o valor real do salário mínimo, é fundamental que os percentuais presumíveis, sejam eles quais forem, estejam inseridos nas metas e nos cálculos dos benefícios que serão dados no regime previdenciário.

No entanto, esse modelo na LDO apenas considera reajuste de salário mínimo e dos demais benefícios correspondente à inflação anual acumulada. Ora, se já estão estabelecidas as metas do crescimento do PIB, a meta inflacionária e as metas de câmbio, enfim, se todas as metas já estão definidas, onde vai entrar esse recurso para dobrar o valor real do salário mínimo? De onde sairá esse recurso? Do crescimento da economia não será, porque os recursos já estão previstos para os próximos anos.

A segunda questão é sobre a DRU, que V.Exa. citou de passagem. Não há como se discutir uma Lei de Diretrizes Orçamentárias sem definir o que se vai fazer com as receitas vinculadas. Durante esses anos todos tivemos a aprovação, por emenda constitucional, da DRU. Aliás, o PT sempre votou contra.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Como é que o Governo atual vai atuar agora? Isso não é para depois; isso é para já. Como é que se vai elaborar o Orçamento? Como é que V.Exa. vai elaborar o Orçamento para o ano que vem — a ser entregue este ano — sem definir essa desvinculação, que termina neste ano?

Sempre dissemos aqui — contestados pelo PT — que não era possível fazer-se um orçamento sem a desvinculação de receitas. V.Exa. até fala em desvinculação permanente de algumas receitas. Sou um dos poucos Deputados que aqui nesta Casa vota contra a vinculação de receitas. Fui um dos três votos contra a vinculação de receitas para a Saúde. Parecia tão antipático, não é? Fui um dos três antipáticos que votou e discursou contra a vinculação das despesas da Saúde em relação ao Orçamento.

Gostaria de saber como V.Exa. vai tratar a DRU, que já deveria estar sendo discutida. Parece-me que se prevê um Orçamento sem levar em conta as desvinculações que terminam neste ano. Como é que vai ser feito isso?

Essas são as duas questões preliminares, Sr. Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Jorge Bittar, Relator do Orçamento.

**O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR** - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, registro a forma séria e coerente com que foram construídos os cenários econômicos, ainda que, como afirma o Sr. Ministro, eles não sejam absolutamente rígidos, à medida que são estimativas ou previsões que dependem de muitas variáveis econômicas e políticas, internas e externas ao País.

Mas o que me faz ficar consciente de que temos condições de alcançar esses patamares, e até eventualmente patamares superiores a esses, é a maneira como a economia brasileira tem reagido às orientações de política macroeconômica absolutamente corretas do Governo Federal. A economia brasileira sempre nos surpreende. Em geral, quando se adotam medidas corretas há um resultado geralmente superior à expectativa.

Acredito que ninguém na própria equipe econômica do Governo, quanto mais na sociedade, poderia imaginar que hoje estivéssemos convivendo com o dólar nessa faixa um pouco superior a 2 reais e 90 centavos. É absolutamente surpreendente, a ponto até de haver empresários questionando se não seria melhor haver algum tipo de intervenção no câmbio, tendo em vista o que esta apreciação cambial pode representar para as exportações brasileiras.

É notável que a inflação e o Risco Brasil estejam declinantes e que o Brasil esteja voltando a emitir bônus internacionais. Isso tudo é muito positivo, porque cria um ambiente favorável no que diz respeito à vulnerabilidade externa da economia. Precisamos gerar os dólares necessários para reduzir a vulnerabilidade externa e, do outro lado, um equilíbrio fiscal permanente que, se consolidado com a reforma da Previdência, poderá significar redução importante da taxa real de juros, tal como previsto.

Hoje convivemos com 12,5% de taxa real básica de juros na economia brasileira. Se conseguirmos chegar a 8%, 7% ou até 6%, como prevêem os cenários para os próximos três anos, isso terá um significado extraordinário — não tenho dúvida —, porque há uma capacidade empreendedora muito grande da sociedade brasileira. E a economia brasileira deu mostras de uma certa robustez. Atravessou toda a crise do Iraque, com todas as conseqüências para o mercado financeiro internacional, de maneira absolutamente incólume, pode-se dizer.

Portanto, fazer as reformas da previdência e tributária, tendo em vista o que representam de melhoria fiscal e de melhor distribuição da carga tributária, desonerando certos setores e certas atividades produtivas e áreas de consumo, com a redução dos impostos sobre a cesta básica, poderá causar enorme impacto no crescimento da demanda na sociedade brasileira, impulsionando a oferta também, sem prejuízo do esforço exportador, que vem sendo enfatizado pelo atual Governo.

Tenho algumas preocupações que gostaria de compartilhar com o Sr. Ministro. Uma delas, já manifestada pelo Deputado Alberto Goldman e pelo próprio Sr. Ministro anteriormente, diz respeito à vinculação orçamentária.

Penso que temos que travar esse debate de maneira clara e transparente. É bobagem olharmos no espelho retrovisor e argumentarmos quem foi a favor ou contra no passado. Há



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reconhecimento de que, realmente, o sistema orçamentário brasileiro exige uma DRU, mas cria outros tipos de constrangimentos.

O superávit primário deste ano, preparado pelo Governo anterior, contingencia os recursos: da CIDE do petróleo, que deveria ser destinada à recuperação da nossa malha rodoviária e aos sistemas de transportes brasileiros; do FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), quando mais de dois bilhões de reais deveriam servir para universalizar serviços de telecomunicações e combater a exclusão digital, ou seja, modernizar, levar a população brasileira aos padrões das sociedades contemporâneas; dos fundos setoriais de ciência e tecnologia, absolutamente estratégicos para o desenvolvimento de nosso País; do FAT etc.

Se o Governo Federal e o Congresso Nacional criaram algumas receitas vinculadas a alguns gastos considerados estratégicos e prioritários, a exemplo dos fundos setoriais de ciência e tecnologia e das despesas com a recuperação do sistema de transporte, temos de liberar os recursos gradualmente, ao longo dos próximos anos. O objetivo do Governo é promover, para a economia brasileira, um padrão de desenvolvimento justo socialmente, melhor distribuído territorialmente, que provoque uma nova inserção do Brasil no mundo etc.

Sr. Presidente, com relação às emendas parlamentares, nos últimos anos, houve uma espécie de jogo de faz-de-conta. Ano passado, o Governo FHC mandou para o Congresso Nacional a peça orçamentária sem reserva de contingência, mas, neste ano, prevemos alguma reserva de contingência que disponibiliza, parcialmente, recursos para as emendas parlamentares.

Sr. Ministro, espero que as emendas parlamentares sejam feitas em sintonia com o PPA, com o planejamento regional do País e com a própria peça orçamentária, caso contrário, gerará uma dispersão, uma pulverização de bilhões de reais, impedindo uma visão estruturante do desenvolvimento.

Antes de a peça orçamentária vir ao Congresso Nacional, seria importante discutirmos os projetos prioritários, incluindo-se aí o PPA, a fim de que as propostas das bancadas estaduais e das Comissões da Câmara dos Deputados sejam estruturadas. Só assim produziremos resultados na infra-estrutura que estimulem o desenvolvimento econômico sustentado e ofereceremos melhores condições de universalização nos serviços e na qualidade de vida de nossa população. Caso contrário, continuaremos, como disse anteriormente, nesse jogo de faz-de-conta: o Congresso apresenta as emendas; ano que vem, o Governo contingencia os gastos, libera uma parte no final do ano e depois tudo vira Restos a Pagar, que serão cancelados. Isso não dignifica o Parlamento nem o Poder Executivo. Temos de mudar esses métodos, que não fazem bem ao País e ao Congresso Nacional.

Para encerrar, Sr. Presidente, é necessário que os programas nacionais de Governo tenham critérios claros e transparentes de alocação dos recursos. Se os recursos são destinados para rodovias, deve-se determinar quais as prioritárias, para que haja transparência na execução orçamentária.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** – Sr. Presidente, Sr. Ministro Guido Mantega, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, presto homenagem à democracia e à alternância de poder. Assistíamos a Parlamentares defendendo, ardorosamente, as propostas emanadas do Executivo, e assistíamos a uma Oposição castigando os Ministros que aqui chegavam para defender os seus governos. Hoje, acontece o inverso, os papéis estão trocados. O ilustre Deputado Sérgio Miranda, que não faltava a nenhuma reunião desta Comissão, hoje está ausente.

**O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR** – Sr. Deputado Pauderney Avelino, se V.Exa. me permite, o Deputado Sérgio Miranda, Líder do Governo, pediu-me para representá-lo nesta Comissão e justificar sua ausência, em virtude de compromisso extremamente importante assumido anteriormente.

**(Não identificado)** – Ele deve estar presente no seminário das agências.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** – Não estou fazendo nenhuma crítica à ausência do Deputado Sérgio Miranda, apenas complementando minha homenagem à



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

democracia. S.Exa. hoje, por ser Líder do Governo nesta Comissão, dá-se ao luxo de ausentar-se de uma sessão que tem como expositor o Ministro do Planejamento.

Sr. Ministro, eu gostaria de saber por que os Restos a Pagar, em 2004, não estão sendo tratados convenientemente na LDO. Não sabemos, efetivamente, qual o tratamento que será dado aos de 2003. Segundo exemplo do Deputado Jorge Bittar, espero que não seja o tratamento político de segurar os Restos a Pagar, o Orçamento e pagar de acordo com a conveniência de cada Ministro.

Há um requerimento de informação ao Ministro Guido Mantega a fim de definir ao Congresso Nacional e a esta Comissão quais as prioridades dos Ministros para executarem os Restos a Pagar.

O Governo do PT alardeou que iria duplicar o salário mínimo ao longo de quatro anos. No primeiro ano, houve uma reposição do IGPD, que calcula a inflação e o reajuste do salário mínimo, de apenas 1,2%, representando 240 reais. Para que o Governo Lula cumpra o seu compromisso de campanha e de Governo de duplicar o salário mínimo, ele terá de conceder um reajuste de 25%, em média, nos próximos anos, incluindo o ano de 2004, já que é acumulado.

Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Senadores, constatamos que não há nenhuma menção a ganho real do salário mínimo; que, a partir de 2004, todos os benefícios serão reajustados de forma a preservar o seu valor real, que eu traduzo como preservar o valor de 240 reais. Se for diferente, corrija-me, Sr. Ministro.

O aumento da relação receita/PIB, no ano de 2003, tratada na LDO, foi de 23,2%, nada mais do que o esforço fiscal da União, isto é, a carga tributária da União Federal. O decreto de contingenciamento reajustou em 22,4%. A LDO, de 2004, já assinada por V.Exa., prevê aumento da relação receita/PIB de 23,5%, significando aumento de arrecadação da União Federal de 17 bilhões de reais a mais de receita, segundo cálculos desta Comissão.

Deveremos receber amanhã proposta de reforma tributária. O Presidente da República e o Ministro da Fazenda insistem em afirmar que ela será neutra, não elevará nem reduzirá a carga tributária.

Gostaria de saber de V.Exa. se deveríamos manter essa relação neutra, sem ganhos adicionais. Segundo o art. 165, § 2º da Constituição Federal, a LDO deve prever alterações tributárias no ano seguinte. Aqui, não há menção à reformulação tributária em nosso País.

Sr. Ministro, quais prioridades da administração pública previstas pela Constituição devem estar contidas na LDO? Responderá V.Exa. que isso constará no PPA. Segundo a Constituição Federal, as prioridades do Executivo, da União constam na LDO.

A outra questão diz respeito à aplicação dos recursos das agências de fomento. Entendemos que falta objetividade, falta dizer o que se deseja fazer.

O art. 83, do capítulo referente à política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, estabelece em seu inciso I:

*" I - para a Caixa Econômica Federal, redução do déficit habitacional e melhoria nas condições de vida das populações mais carentes, via financiamentos a projetos de investimento em saneamento básico e desenvolvimento da infra-estrutura urbana e rural".*

A LDO, por definição da Constituição Federal, deveria ser mais objetiva.

Sr. Ministro, faço mais uma pergunta: quanto o Executivo pretende aplicar na área de habitação? Entendo que esse seria também um grande programa de mobilização social para combater a violência nos grandes centros urbanos, já que grande parte da mão-de-obra empregada nessa atividade é sem qualificação e poderia ser enxugada das ruas, do não fazer nada, do desemprego. Seria um programa produtivo, habitacional e acima de tudo social.

Por fim, Sr. Presidente, contando com sua paciência e benevolência, quero dizer o seguinte: com relação à alteração do superávit primário de 4,25% do PIB para o ano de 2003, o Governo nos deve um projeto de lei ou emenda à LDO sobre essa questão. O Executivo está em falta com o Congresso Nacional. Soube que há um projeto de decreto legislativo do Senado Federal tratando dessa matéria. Para esse superávit primário, não há alteração na LDO. O Executivo mudou as metas de superávit da União de 2,8 para 3,17%



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do PIB, alterando o esforço de superávit primário das estatais e do Governo Federal, e também não nos comunicou.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Peço ao nobre Deputado que conclua sua exposição, pois há vários oradores inscritos.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** – A determinação de V.Exa. é uma ordem. Concluí, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago, do PT de Pernambuco.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Prezado Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, saúdo o Ministro Guido Mantega. Já se vão tantos anos desde a primeira leitura de economia política brasileira, mas quero expressar algumas preocupações e sugestões.

Hoje, dia 29, se completam seis meses e um dia que este País amanheceu com a expectativa de uma nova responsabilidade na gestão pública brasileira. Temos acompanhado desde então constantes e repetidas alusões às questões fiscais, ao ajuste fiscal das contas públicas. A repercussão do anúncio do projeto de lei das diretrizes orçamentárias para 2004 por parte de toda a grande imprensa brasileira não poderia ter sido diferente. Contamos com a presença de jornalistas de todos os órgãos de comunicação. Evidentemente, os que acompanham o processo orçamentário sentiram falta de outros elementos que estão contidos no projeto da LDO, mas que não foram devidamente explorados, para se levar à opinião pública o conhecimento das propostas governamentais.

Começo fazendo um elogio ao que foi inserido no art. 83, inciso II, do § 1º. Sempre se discutiu no País que precisávamos reformar o Estado, desfazer-nos do patrimônio público para permitir maior eficácia na atividade econômica e concentrar as atividades do Estado na infra-estrutura, na educação e na saúde. Repetidas vezes, ao longo dos anos, vimos recursos públicos financiarem a compra privada de patrimônio público. Portanto, é muito salutar o Governo ter inserido no inciso II do § 1º do art. 83 a seguinte norma:

*“§ 1º É vedada a concessão ou renovação de quaisquer empréstimos ou financiamentos pelas agências financeiras oficiais de fomento a:*

*.....*  
*II - Empresas com a finalidade de financiar a aquisição de ativos públicos incluídos no Plano Nacional de Desestatização”.*

Quero também saudar o Governo Federal por retomar o processo de responsabilidade pública nas ações de abastecimento de água e saneamento, o que implica abdicarmos definitivamente da tese contida no Projeto de Lei nº 4.147, que, sob o manto de um novo marco regulatório para os investimentos e ações de abastecimento de água e saneamento, admitia a médio prazo a privatização dos serviços estaduais de água e esgoto. O Governo abdica dessa tese e retoma, como estabelece o art. 83, inciso I, especialmente para a Caixa Econômica Federal, a obrigação de investir em projetos de saneamento e desenvolvimento da infra-estrutura urbana e rural.

Evidentemente, como muito bem citou o Deputado Pauderney Avelino, gostaríamos de saber mais detalhes. Mas, sem prejuízo da tramitação da LDO para 2004, teremos o ciclo de debates sobre o projeto orçamentário. Na próxima semana, dias 7, 8 e 9, esta Casa recebe, no Auditório Nereu Ramos, um conjunto de entidades da sociedade brasileira que debaterão o PPA e as propostas do ciclo orçamentário. Teremos, na elaboração do projeto da lei orçamentária, um momento adequado para destrinchar adequadamente os programas e atividades que serão financiados diretamente pelos Ministérios ou pelas agências.

Para concluir, Sr. Ministro, quero expressar duas preocupações. A primeira é a de que, no debate da chamada DRU e das reservas de contingência, fizéssemos um esforço para corrigir, entre outras, uma distorção inaceitável que vem sendo praticada quando da discussão das matérias orçamentárias nesta Casa. Entre todas aquelas matérias já citadas pelo Deputado Jorge Bittar, os inúmeros fundos setoriais, há um que é imprescindível para este País buscar os créditos que são de direito da Fazenda Pública, para aumentar a capacidade de arrecadação, reduzir a relação da dívida com as contas públicas e permitir um maior aporte de investimento.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Refiro-me, Sr. Ministro, especificamente, à situação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. A Procuradoria tem, por mérito, assegurada em lei, participação nos créditos que recupera para o Tesouro Nacional. Esses créditos inseridos no FUNDAF têm sido contingenciados a valores percentuais que chegam a quase 80%, o que é uma atitude injustificável para um órgão de Estado. Por força desses contingenciamentos, a Procuradoria não tem conseguido aparelhar-se adequadamente.

Na semana passada, na quarta-feira, a Comissão de Finanças e Tributação, da qual faço parte, recebeu o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Sr. Manoel Felipe Rego Brandão. Discutimos os gargalos, a verdadeira força financeira da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Embora dispondo de um quadro precário, esse órgão tem produzido receitas elevadas para o Tesouro Nacional, mas sua parcela assegurada em lei, como produtividade no acesso a essas receitas, tem sido contingenciada.

Se poderá admitir que, se formos mexer em todos os fundos que estão contingenciados, terminaríamos comprometendo as metas do superávit fiscal. Mas entendemos que deveríamos abrir desde já uma saudável reflexão no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para que os recursos orçamentários previstos para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional possam ser revistos. Não se trata de um benefício ou favor do Tesouro Nacional à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, mas de algo ao qual ela tem direito por produtividade, por desempenho efetivo na recuperação de uma receita estimada hoje num estoque de 170 bilhões de reais, dos quais admite-se que 60% sejam recuperáveis.

Outro ponto importante, Senador Gilberto Mestrinho, Ministro Guido Mantega: precisamos fazer um esforço para recolocarmos no seu leito natural o ciclo orçamentário. A tramitação do Plano Plurianual está transferida para o segundo semestre do primeiro ano de Governo, e, no primeiro semestre, estamos discutindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício subsequente; ou seja, inverteu-se a ordem. Mesmo sabendo que, no primeiro trimestre do primeiro ano de um governo, os esforços são bastante grandes para se discutir um PPA, não há lógica em discutirmos primeiro as diretrizes orçamentárias para só no segundo semestre estabelecermos os parâmetros do Plano Plurianual. Temos de começar a trabalhar para reverter essa ordem de tramitação dos instrumentos orçamentários.

Por fim, Sr. Ministro, gostaria de dizer que, ao lado do esforço para o equilíbrio das contas interna e externa do País, necessária ênfase deve ser dada ao papel das instituições e agências de fomento e desenvolvimento. Temos de mostrar à sociedade brasileira, à opinião pública, aos setores produtivos que o que pauta a LDO não são apenas as obrigações derivadas do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal — as metas fiscais, os objetivos da política monetária, a política cambial. Temos de dar relevância, até para que repercuta tal qual está no projeto de lei, no art. 83, àquilo que pretendemos fazer.

Tivemos a iniciativa, juntamente com a bancada do Partido dos Trabalhadores, de solicitar a realização de um debate preliminar sobre o papel dos bancos públicos, das agências e dos fundos constitucionais na política de investimento, na democratização do crédito e no aumento de produção do nosso País.

Então, que haja esse esforço de divulgação do papel que cabe a essas agências, para que não fiquemos apenas levando à sociedade uma versão eminentemente fiscalista da LDO. O elemento fiscal é apenas um dos aspectos. A produção, o crédito e as instituições são também essenciais ao desenvolvimento do País.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, do PSDB de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossa função de Deputado de oposição vai ficando cada vez mais difícil — depois farei a correlação com a pergunta; e ela é uma só. Estamos assistindo a um surrealismo nesse período, que nunca tinha visto antes em minha vida. A base de sustentação do Governo é ao mesmo tempo situação e oposição. Foi escalado um certo número de Deputados da base do Governo para fazer oposição, e uma oposição verborrágica, capaz de conseguir repercussão na imprensa de maneira muito mais competente do que nós. Jamais faríamos isso com tamanha veemência. Do ponto de vista do



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

*marketing* político e da divulgação na imprensa, o espaço para um partido de oposição como o nosso fica muito reduzido.

Em segundo lugar, assistimos a algo que nos deixa bastante preocupados: o Exmo. Sr. Presidente da República, o nosso governante, quando fala à população, faz discurso de governado, o que também dificulta a análise. Como vamos analisar o discurso do governante, se o Presidente fala como governado, como se as coisas que ocorressem no País pouco lhe dissessem respeito, como se fosse vítima dos acontecimentos e não o agente?

A situação nos preocupa, mas não nos causa tanta angústia quanto o duplo discurso do atual Governo, que diz para a imprensa que é contra a ALCA e a favor da posição da CNBB, mas negocia a ALCA. Diz ainda que é contra o aumento da carga tributária, mas o Senador apresenta proposta que nos deixa arrepiados: colocar no Brasil carga tributária dos países escandinavos. A resposta é taxativa: *“Não temos condições de ter a carga tributária da Suécia e de outros países”*. Vejam o duplo discurso: ao mesmo tempo em que diz que não vai aumentar a carga tributária, o Governo Lula propõe aumento com efeitos deletérios, de forma disfarçada, sub-reptícia, para não passar pela discussão na imprensa, na sociedade organizada ou nesta Casa.

No bojo, escondido, a Medida Provisória nº 107 propõe o aumento da COFINS, eleva para 4% a alíquota para bancos, corretoras, sociedades de créditos, seguradoras e operadoras de planos de saúde.

Estamos vendo toda a ênfase para que realmente se possa aumentar o salário mínimo e possam ocorrer os investimentos propostos. É preciso que haja esse crescimento real do PIB de 3,5% a 4,5%, até 2006, ou até maior do que esse para sobraem recursos. Pois bem. Quero saber como é que pode ocorrer aumento do PIB, se os juros para quem precisa — o pequeno proprietário, o consumidor — já vão ser elevados. Esses bancos, corretoras, sociedades de créditos, seguradoras, operadoras de planos de saúde já estão quase quebrando e vão repassar tudo para o consumidor. Se vai aumentar o custo dos empréstimos para o consumidor, como conseguirão aumentar o PIB?

A última pergunta: o Governo imagina que a redução da taxa de juros terá efeito apenas no sentido de gastar menos para pagar juros ou espera que o segundo impacto positivo — conseguir que o crédito fique mais barato para o consumidor — também ocorra? Parece que, em relação a essa diferença, o Governo vai colocar uma cunha fiscal maior para tirar essa diferença e ficar com ela.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Terminada a fase de perguntas, com a palavra o Sr. Ministro Guido Mantega.

**O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA** – Obrigado, Sr. Presidente.

Em relação à carga tributária, motivo de vários questionamentos, quero afirmar o seguinte: o objetivo é manter uma carga tributária neutra, embora a reforma tributária nos dê condições para que haja até aumento de arrecadação.

Em primeiro lugar, a reforma tributária permitirá simplificação e aperfeiçoamento do sistema; portanto, maior eficiência da arrecadação. Isso proporciona um aumento de arrecadação.

Em segundo lugar, continuaremos combatendo a sonegação, o que implica elevação também gradual da receita sem que haja aumento de carga para aqueles que hoje pagam os tributos.

Em relação a esse tributo adicional colocado nos bancos, a COFINS, parece-me que o único setor que realmente tem condições de sofrer alguma tributação maior é o sistema financeiro — o único que tem lucrado incessantemente. Ao longo de todos esses anos, apresentou resultado bastante satisfatório e pode dar essa contribuição para a sociedade brasileira. Isso não está no bojo da reforma tributária. São instrumentos fiscais que o Governo pode utilizar a qualquer momento — IOF, COFINS etc. —, até que se faça uma mudança e se crie uma nova COFINS que não seja em cascata e tenha apenas o valor agregado. Aí, sim, estará consolidada uma nova posição.

Outra questão que surgiu diz respeito ao salário mínimo. Como é que o Governo cumprirá a promessa de duplicar o valor do salário mínimo ao longo de quatro anos? A promessa vai ser cumprida, embora isso não possa ocorrer de imediato, num primeiro momento, porque os recursos são escassos e os problemas que o Governo encontra neste momento são múltiplos. Foi concedido aumento de 20%, o que pode ser dado nessas



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

condições. Nenhuma categoria salarial obteve aumento tão expressivo no ano de 2003. Pelo contrário, análise de qualquer setor mostrará aumentos muito inferiores a 20%.

Acredito que o aumento real não é de apenas um e pouco por cento, como disse o Deputado Pauderney Avelino, que usou um índice de inflação, a meu ver, questionável: o IGPM. No momento em que há variação cambial elevada, ele apresenta algumas distorções. Em situação normal, sem essa influência cambial mais forte, diria que o IGPM é um indicador razoável de inflação, embora meça mais a inflação no atacado do que no consumo, que é a que interessa aos salários. Se usássemos um outro índice de inflação — o IPCA, por exemplo —, teríamos um aumento mais expressivo do salário mínimo já neste ano. Foi um passo importante que foi dado.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Não foi o IGPM que foi usado.

**O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA** – Foi o que o Deputado usou.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – O Deputado está errado. Não foi o IGPM que foi usado.

**O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA** – Bom, apenas respondi ao Deputado que usou o IGPM.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – V.Exa. poderia tê-lo corrigido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – Desculpem. O Deputado Alberto Goldman, sempre vigilante, disse que eu estava errado, mas eu estava apenas equivocado. O índice foi o INPC, como foi feito durante os anos anteriores.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Mas o Ministro poderia corrigi-lo da forma correta e não apenas contestá-lo utilizando dado que V.Exa. citou erradamente. Isso não é justo, não é honesto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – Usei-o equivocadamente.

**O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA** – Não estou aqui para corrigir os nobres Deputados. Usando outro índice de inflação, teremos aumento real de salário mínimo neste ano. Foi o que se podia fazer. Nos próximos anos, dependendo das condições econômicas encontradas, o crescimento poderá ser maior ou menor, e vamos tomar decisões quanto à alocação dos recursos do Estado. Isso não está definido.

Por isso, Deputado Alberto Goldman, ao definirmos os cálculos dos benefícios da Previdência, usamos um critério neutro, não levamos em consideração um aumento real do salário mínimo. Essa é uma questão a ser definida, em primeiro lugar, quando da elaboração orçamentária. Nesse caso, cabe-nos dividir a receita entre as várias despesas. Se houver decisão do Executivo e do Congresso Nacional, poderemos atribuir aumento maior de salário mínimo e, portanto, menor espaço para outras despesas; ou então atribuir um aumento menor para o salário mínimo e um espaço maior para outras despesas. Essa é uma decisão que tomaremos na definição do Orçamento de 2004 e nos próximos orçamentos.

O critério usado para não anteciparmos essa discussão num momento excessivamente preliminar — não temos ainda os dados de 2003, quanto mais os de 2004 — é neutro, de correção dos benefícios previdenciários, apenas fazendo correção inflacionária. Aqui não está contida nenhuma previsão de aumento de salário mínimo. Essa discussão ficará para o futuro, à luz das condições futuras de receita e despesa.

Quanto à vinculação de despesas, no passado eu mesmo fui favorável a ela, porque havia descaso dos Governos com os gastos sociais. Isso fez com que vários Parlamentares fossem introduzindo mecanismos de vinculação que eram corretos e, adequados, porque defendiam gastos sociais, que eram insuficientes. Ao longo do tempo, esse mecanismo foi se exacerbando, ganhando volume exagerado, o que passa a ameaçar a boa execução orçamentária. Aí chegou-se a um ponto em que quase toda a despesa está vinculada e fica-se com um orçamento totalmente imobilizado.

Em algum momento, por exemplo, existe necessidade de aumentar gastos na infraestrutura, que está precária. Mas não se pode deslocar gastos para a infraestrutura, porque estão vinculados a uma outra despesa não diria menos urgente — todas as despesas do Estado são urgentes e importantes —, mas um pouco menos urgente do que a que mencionei.

A vinculação serviu a um propósito no passado. Hoje, diante de novas circunstâncias, podemos rever essa questão da vinculação e da DRU. Existe uma proposta



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

em fase de elaboração em relação à DRU e que depende também do desdobramento da reforma tributária. Não sabemos qual será o resultado da reforma tributária. No curso dessa discussão, enviaremos proposta para discutirmos a DRU e a questão da vinculação. É uma discussão que deveremos ter proximamente nesta Casa.

Em relação às emendas parlamentares, a nossa proposta de LDO prevê 2% de reserva de contingência, dos quais 1% seria reservado para emendas parlamentares. Já há previsão de emendas parlamentares colocadas não externamente no Orçamento, mas dentro do corpo do Orçamento, o que dá mais garantia de que essas emendas venham a ser cumpridas.

Acalentamos um projeto de trazer a discussão das emendas para uma fase preliminar de elaboração do Orçamento. Em vez de o Executivo fazer uma proposta de orçamento que depois será emendada, alterada de fora para dentro, gostaríamos que os Srs. Deputados se incorporassem à discussão do Orçamento e do Plano Plurianual na fase de sua elaboração. Pretendemos criar mecanismos para que isso aconteça. Quando formos discutir, por exemplo, as questões de determinada região do País com os Governadores e autoridades locais, os Deputados da região também se incorporarão a essa discussão e nos ajudarão a definir os projetos de interesse, de modo que suas reivindicações e propostas estejam já inseridas no corpo do Orçamento. Não sei se será viável. O mecanismo é novo. Temos de ver se ele funcionará.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – Para seu conhecimento, Ministro, as bancadas regionais se reúnem e, durante a execução orçamentária, elaboram suas propostas de emenda de acordo com aquilo que é prioritário para cada Estado e para cada região. Acredito que deveríamos trazer à discussão do Plano Plurianual essa questão das emendas parlamentares, notadamente as emendas regionais, pela sua importância, pelo que exigem e pelo que o Governo de V.Exa. diz que vai privilegiar.

**O SR. GUIDO MINISTRO MANTEGA** – Diria que há concordância entre aquilo que V. Exa. disse e o que pensamos. Devemos discutir em conjunto com as bancadas e com os Governos locais quais as prioridades e os projetos regionais, e já colocá-las no Plano Plurianual. Assim, simplificaremos o trabalho e teremos um Orçamento mais consolidado, inclusive com o apoio do Executivo e do Legislativo.

Não foi dado nenhum tratamento político a Restos a Pagar. Nós nos deparamos com um volume bastante expressivo de Restos a Pagar — 9 bilhões e 400 milhões de reais —, diante de uma situação de carência de recursos orçamentários. Tivemos de fazer um ajuste orçamentário, um contingenciamento, e os Restos a Pagar de 2002 comem margem de 2003. A partir de um critério público explícito, divulgado num decreto, procuramos cancelar apenas uma parte desses Restos a Pagar. Há regras claras e explícitas para o cancelamento de uma parte de Restos a Pagar, projetos ainda não escritos, que ainda não começaram a andar ou que não se enquadravam dentro das normas que estabelecemos.

Estamos projetando aumento na relação receita/PIB a partir de um patamar menor do contingenciamento. Aferimos um aumento de receita de 22,4% do PIB para 23,5% do PIB, cerca de 1% a mais. Consideramos que, a partir da reforma tributária e da melhoria das condições do País, a arrecadação poderá ser maior. Sabemos que, quando o nível de atividade está deprimido, como ocorre hoje e como ocorreu nos anos passado e retrasado, o nível de inadimplência sobe. Quando se restabelece um nível de atividade maior, quando se consegue um aquecimento da economia, as empresas novamente ficam mais sólidas, têm condições de pagar os seus débitos com o Fisco, e a inadimplência cai. Estamos contando com a queda da inadimplência para o próximo ano e, a partir da reforma tributária, que vai ser neutra, com melhoria da arrecadação, mas por eficiência arrecadatória e não por aumento de tributos. De fato, a reforma tributária terá de ser neutra.

Foi mencionada a necessidade de as agências de fomento explicitarem melhor suas prioridades. Concorro com isso. Notícias divulgadas pela imprensa quase todo dia dão conta de que os bancos públicos têm anunciado seus programas de financiamento, a fim de que sejam transparentes. O BNDES tem afirmado que 40% dos seus recursos estão sendo destinados à exportação. Uma das prioridades do Governo é fortalecer o comércio exterior para diminuir a vulnerabilidade do País.

Outra linha de prioridade é o financiamento à pequena e média empresas. Existem relatórios sobre o volume expressivo de recursos destinados a elas, tanto pelo BNDES e pela



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Caixa Econômica Federal quanto pelo Banco do Brasil. Recentemente saiu no jornal quanto a Caixa Econômica Federal está destinando à habitação e saneamento: 5,4 e 1,4 bilhões de reais, respectivamente.

Estamos difundindo esses números, porque é importante que a população conheça o esforço do Governo para, na ausência de crédito privado, aumentar o público, dirigido a prioridades muito bem estabelecidas e não mais usado para financiar privatizações a empresas multinacionais, que já têm dinheiro, mas pequenas e médias empresas brasileiras, voltadas à exportação, à construção de infra-estrutura.

Parece-me que essas regras estão claras. Portanto, estamos cumprindo a Constituição Federal. De qualquer maneira, estamos elaborando um plano consolidado entre essas agências de fomento, mostrando sua capacidade de financiamento — será anunciado brevemente — e melhorando-a.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Sr. Ministro, sugiro que, se possível, o Ministério do Planejamento divulgue, nos prazos de disponibilidade de recursos e de elaboração de balancete previstos na Constituição, esse conjunto de programas dos bancos em seu *site*, com regularidade que nos permita o acompanhamento de questão a que V.Exa. já se referiu e que tem sido problema ao longo da história das nossas agências: a concentração do crédito. V.Exa. já se referiu aos recursos transferidos à privatização ou aos grandes ativos transferidos. Mas é importante mostrar a democratização do crédito e a sistematização de todas as agências num único veículo de informação. Isso ajudaria muito a discernir o que cada um vem fazendo e quem são os verdadeiros destinatários do crédito.

**O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA** – A sugestão é muito importante. No intuito de tornar públicas as medidas e os instrumentos que estamos utilizando, vamos colocar no *site* os dados tão logo essas agências de fomento terminem de fazer o levantamento, para sabermos o potencial de financiamento que possuem não só o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o BNDES, mas o Banco do Nordeste e os fundos que estão sendo reorganizados, para que tenhamos com clareza todas as possibilidades de financiamento e como estão sendo utilizadas pelo Governo.

Foi dito que a elevação do nível de superávit de 3,75% para 4,25% exigiria lei dirigida ao Congresso Nacional para justificá-lo. Discordo dessa interpretação. Aumentamos o superávit apenas do Executivo. Fizemos um contingenciamento interno. A lei obriga que se envie projeto de lei ao Legislativo, no caso em que o superávit primário é extensivo ao Legislativo e ao Judiciário. Portanto, não há necessidade de encaminhar projeto de lei ao Legislativo, embora tenhamos feito contingenciamento público, claro e explícito e comunicado, sim, ao Congresso Nacional. Na época expliquei aqui o contingenciamento. No entendimento da Assessoria Jurídica, cumprimos a legislação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – Sr. Ministro, peço a V.Exa. que seja mais objetivo. Ainda há vários Parlamentares inscritos e daqui a pouco a Ordem do Dia vai começar e teremos de suspender a reunião.

**O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA** – Sr. Presidente, estou sendo objetivo. Foram feitas várias perguntas por diversos Parlamentares. Estou tentando fundi-las para responder o mais objetivamente possível.

Em relação à Procuradoria-Geral, é nossa preocupação também que esteja aparelhada para fazer frente a todos esses créditos que podem ser recuperados pelo Executivo. Infelizmente, ela não escapou do contingenciamento, que atingiu todo mundo. Justamente por não ser área preservada, acabou sendo mais contingenciada. Temos de repensar que áreas devem ser mais estimuladas. No momento, com esse nível de rigidez do Orçamento, tivemos de contingenciar segmentos de forma muitas vezes linear.

Descompasso entre Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA. Também gostaria de lançar o PPA no primeiro semestre, mas é humanamente impossível. Todos sabem que ele é um planejamento de longo prazo, que envolve tanto o cenário econômico quanto as possibilidades do Governo e as necessidades do País. Precisariamos de pelo menos oito meses para fazer a avaliação adequada, a discussão com a sociedade civil e a definição dos programas e ações governamentais que respondam a essas necessidades. Concorro que houve inversão, que a LDO deveria ter as prioridades que foram definidas pelo PPA. Mas é uma questão de tempo que não sei como resolver, porque chegamos agora e temos de apresentar rapidamente o Plano Plurianual. Para a LDO do próximo ano será possível,



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

porque já teremos discutido prioridades e diretrizes em comum acordo com o Congresso Nacional. Aí, sim, teremos a anterioridade do Plano Plurianual. Mas para este ano não há como resolver a questão.

Creio que, de modo geral, respondi à maioria das perguntas que me foram feitas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – Gostaria de perguntar ao Ministro sobre as metas fiscais; no caso, o estabelecimento do superávit primário.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, peço a palavra para a tréplica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – Um minuto, Deputado Alberto Goldman.

As metas fiscais fixadas na LDO destinam-se aos três Poderes e não a um isoladamente. Portanto, não há dispositivo na Lei de Responsabilidade Fiscal que permita ao Executivo aumentar ou reduzir a meta fiscal, mesmo que seja só para ele. Realmente, não foi respondida de forma satisfatória a pergunta sobre essa questão.

Gostaria, ainda quanto à questão levantada pelo Deputado Alberto Goldman, de dizer o seguinte: V.Exa. tratou do IPCA como índice a ser utilizado para aumentar o valor do salário mínimo, com ganho real. Não há, Sr. Ministro, tratamentos diferentes para índices iguais ou tratamentos iguais para índices diferentes. O IPCA define metas inflacionárias e o INPC, o salário mínimo.

**O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR** – Pela ordem, Sr. Presidente. Sei que não é intenção de V.Exa., mas na condição de Presidente fica meio complicado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – Estou usando de prerrogativa, nobre Relator.

**O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR** – Talvez seja conveniente V.Exa. passar a Presidência a outro Parlamentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – Mas não está havendo qualquer tipo de constrangimento.

**O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR** – Apenas para disciplinar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – Perfeitamente. Srs. Deputados, está faltando a prática de presidir.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, peço a palavra para tréplica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – Tem a palavra V.Exa, Deputado Alberto Goldman, por dois minutos apenas, para a tréplica.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Presidente, o número de oradores é muito grande. Sugiro que se deixe a tréplica para o final da reunião. Pode ser que o Ministro tire essas dúvidas nos questionamentos que virão.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, faço questão de que o Regimento Interno seja respeitado.

Sr. Ministro, não estamos discutindo o salário mínimo deste ano, mas para 2004. Para 2004, 2005 e 2006 deve haver previsão. Se existem as metas anuais dos orçamentos fiscal e da seguridade social, tem de haver também para o aumento real do salário mínimo, ou não há objetivo de aumento real de salário mínimo. Tem de ser aceita uma coisa ou outra. Existem os números das receitas e despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social dos anos seguintes. Se houver aumento real de salário mínimo, isso tem de constar. Não é possível que seja de outra forma. Não está de acordo com o compromisso assumido pelo Presidente.

Gostaria também de fazer referência à resposta que V.Exa. deu à questão levantada pelo Deputado Mendes Thame. Quando há aumento de COFINS — como está sendo embutido agora em medida provisória —, quem paga, Deputado Jorge Bittar, é o povo. Ele paga qualquer aumento de imposto, e não o industrial, o banqueiro ou o produtor. Quem vai pagar é o consumidor, lá na ponta.

O Deputado Mendes Thame fica muito impressionado com a situação, que lhe parece surrealista. Não é, Deputado. V.Exa. está espantado, mas o que houve de fato foi um grande estelionato eleitoral; ou, quem sabe, uma mutação genética. Prefiro acreditar nisso, que acontece na Terra. O PT era um e agora é outro. Trata-se de mutação genética e não de estelionato eleitoral.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – Vão pronunciar-se, nesta ordem, os Parlamentares Ricardo Barros, Gilberto Nascimento, Eduardo Suplicy, Ary Vanazzi e Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Ministro, nobres colegas, já debatemos a declaração de que, para gerar 1 milhão e 600 mil de empregos anualmente, o PIB teria de crescer mais de 4,5%. Há compromisso do Presidente Lula de gerar 10 milhões de empregos. Na projeção dos parâmetros macroeconômicos, a previsão de crescimento do PIB é de 4,5% para 2006. Portanto, nem no último ano de governo teremos o crescimento necessário para gerar essa quantidade de empregos. Desejo saber que meta não será cumprida: geração de empregos ou crescimento econômico?

Sr. Ministro, segundo a LDO, as autorizações para abertura de créditos suplementares na lei orçamentária anual, exceto para atendimento de despesas de pessoal e encargos sociais e de sentenças judiciais transitadas em julgado, serão estabelecidas em percentual do valor consignado na lei para cada programa. Acho muito difícil a Comissão de Orçamento concordar com isso, porque permitirá ao Governo cancelar 10% de determinado programa e eles representarem 100% de determinados títulos que poderão ser fruto de emendas de bancadas, de Comissões ou individuais. O que se pretende com esse cheque em branco?

Sr. Ministro, V.Exa. já explicou algumas vezes sobre a questão do anticíclico. O superávit será considerado no exercício subsequente como receita financeira ou primária? Se for financeira, sua utilização em despesas primárias não implicará cortes compensatórios de outras despesas primárias para a manutenção da meta de superávit, provavelmente advindas de emendas parlamentares. Isso seria bom, porque não haveria necessidades de cortes. Caso se pretenda manter o acordo com o FMI e ele considerar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – Deputado Ricardo Barros, peço a V.Exa. que conclua. Já se iniciou a Ordem do Dia.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, ouvi o Deputado Jorge Bittar falar por dez minutos. Vou falar por cinco minutos, se sua paciência permitir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – Não se trata da minha paciência. Iniciou-se a Ordem do Dia.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Por que não antecipar tal entendimento de maneira a que o superávit financeiro para o balanço de 2002 seja utilizado em despesas primárias do corrente exercício? Seria uma solução para os cortes que atingiram de forma acentuada os compromissos que o Governo tem.

São as perguntas que lhe faço, Sr. Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – Vou pedir ao Ministro que responda à indagação do Deputado Ricardo Barros. Depois terei de suspender a reunião, devido ao início da Ordem do Dia, quando vamos discutir a Medida Provisória nº 107, de 2003 e, eventualmente, votá-la. Haverá briga boa no plenário.

Sr. Ministro, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Ministro, estou presenciando o depoimento de V.Exa. desde o início. Gostaria de saber o que o Ministério do Planejamento incluiu na LDO em relação às obras em andamento. Muitas estão paralisadas, a exemplo do metrô de Salvador.

**O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI** – Sr. Presidente, não se iniciou efetivamente a votação nominal no plenário. Peço que V.Exa. me dê a oportunidade de falar, porque não sei se haverá outra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – Há determinação do Presidente da Casa no sentido de, iniciada a Ordem do Dia, suspender a reunião.

Com a palavra o Sr. Ministro do Planejamento.

**O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI** – Sr. Presidente, queria ter a oportunidade de falar.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – O Ministro vai responder à indagação. Depois, se houver tempo, V.Exa. usará da palavra.

**O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI** – Mas não consegui fazer a indagação, Sr. Presidente. Gostaria de fazê-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – Com a palavra o Sr. Ministro.

Peço ao Deputado Mendes Thame, 2º Vice-Presidente, que assuma a Presidência, porque vou ao plenário.

**O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI** – Sr. Presidente, houve uma série de considerações...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Mendes Thame) – Faça-as daqui a um minuto, Sr. Deputado. V.Exa. está prejudicando os demais.

**O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI** – Não estou. V.Exa. é que está tentando apressar o trabalho. Acho que não é tema a ser tratado de forma apressada por esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – Há uma determinação. V.Exa. tem de cumprir o Regimento, assim como todos nós.

**O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI** – Pediria que outro Parlamentar assumisse a Presidência, para podermos continuar o debate. É o que proponho à Mesa. Queremos continuar o debate com o Ministro Mantega.

**O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO** – Sr. Presidente, como próximo inscrito, gostaria de abrir mão de me pronunciar, de forma a contribuir para que essa situação se resolva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – Com a palavra o Sr. Ministro do Planejamento.

**O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI** – Vai continuar a sessão, evidentemente.

**O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA** – O Deputado Ricardo Barros perguntou como vamos criar 1 milhão e 600 mil empregos, necessários para abrigar os jovens brasileiros que entram no mercado de trabalho a cada ano. De fato, a maneira mais eficaz de criar empregos é promovendo crescimento econômico sustentado em torno de 4% a 5% ao ano.

Considero realistas as projeções que fizemos na LDO. Não gostaríamos de sustentar números excessivamente ambiciosos. Acredito que a economia brasileira tenha condições de crescer mais do que 4,5% nos próximos anos, mas o bom senso recomenda prudência ao fazer projeções econômicas. Sabemos que os economistas erram muito em suas projeções. Então, é melhor ser prudente, estabelecer uma meta mais modesta e depois superá-la. É esse o nosso objetivo.

Além desse nível de crescimento estabelecido, o Governo pretende estimular programas de criação de emprego que independam do nível de crescimento econômico, de modo que a demanda de empregos gerada pelo crescimento econômico seja complementada por outras formas. Por exemplo, pode-se aumentar o financiamento da pequena agricultura familiar, modalidade capaz de gerar muitos empregos. Pode-se também aumentar o crédito para a pequena e a média empresa, outra modalidade capaz de gerar muitos empregos. O Governo não vai ficar de braços cruzados, apenas observando o aumento do PIB e esperando que seja absorvido todo o desemprego que temos. Tomaremos outras iniciativas, como essas que mencionei.

Em relação a créditos suplementares, estamos reiterando a implementação de um sistema que já consta da lei orçamentária. Não acredito que a possibilidade de suplementação de 10% vá desfigurar o Orçamento ou a vontade do Legislativo, quando aprovar a peça orçamentária. Mas essa é uma questão que poderemos discutir e aprofundar em outras sessões. No nosso entendimento, essa possibilidade apenas flexibiliza um pouco mais a gestão orçamentária, sem grandes desfiguramentos, porque 10% não chegam a eliminar o programa, é uma margem pequena. De qualquer maneira, isso será objeto de discussão que teremos posteriormente.

A questão do anticíclico não é idéia do FMI. É uma idéia que tivemos com base em experiências de outros países que a praticam. É a tentativa de recuperar uma idéia do economista John Keynes — que, digamos, é o mentor desse mecanismo —, adaptá-la a uma situação da economia brasileira e evitar sobressaltos.

Se em determinado ano obtém-se uma *performance* melhor, moderam-se os investimentos e guardam-se recursos para o ano seguinte, de modo que o ano das vacas



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

magras seja compensado pelo ano das vacas gordas. Dessa maneira, tem-se um comportamento mais estável do Executivo. O problema não foi discutido com o FMI, e não há motivo para fazê-lo. Podemos até discuti-lo, porque brevemente virá ao Brasil uma missão do FMI para debater todas as questões econômicas, mas não nos pautamos por isso. A idéia não veio do FMI e se pauta exclusivamente pelos interesses do País.

Quanto a obras paralisadas, infelizmente o contingenciamento nos obrigou a reduzir recursos fundamentalmente de novos investimentos e de obras. Estamos tentando viabilizar não só a construção do metrô de Pernambuco, mas também a dos metrôs do Ceará, de Goiás e de outros Estados, que têm condições de ser implantados. Nesse primeiro momento, como os recursos estão escassos, estamos vendo como melhorar a situação com recursos adicionais.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, como esta não é uma sessão deliberativa e o que for decidido pode ser cancelado, em função da Ordem do Dia, acho que não há prejuízo nenhum em continuarmos o debate e, quando houver a votação nominal, alternadamente nos retirarmos para ir ao plenário, como é tradição desta Casa. Se V.Exa. decidir dessa forma, oportunamente gostaria do direito à réplica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Com a palavra o Deputado Ary Vanazzi, do PT do Rio Grande do Sul.

**O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI** – Sr. Presidente, Exmo. Sr. Ministro, lamento, porque tínhamos estabelecido um método de debate em nossa Comissão segundo o qual falaríamos cinco Parlamentares e o Sr. Ministro daria as respostas. Porém, a Oposição fez uma série de considerações e críticas ao atual Governo — enquanto poderíamos ter feito um debate consistente sobre as questões levantadas — e teremos de encerrar a reunião. Não posso aceitar essa postura. Temos de aproveitar momentos importantes como este, na minha avaliação, para falar de um tema central.

Sr. Ministro, não dá para esquecer o Brasil que herdamos no início do nosso Governo. Não é fácil preparar o Plano Plurianual com o dólar valendo 4 reais, quando há em torno de 30 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza, sobretudo em um país que acabou privatizando o essencial do patrimônio público. É evidente que, para pensar num país estratégico, temos de agir com muita precaução e cuidado. Agora temos a responsabilidade efetiva de recuperar nossa economia e nosso crescimento e incluir essa população nas políticas sociais do Brasil.

Quero ainda fazer outra consideração que considero extremamente importante. Falou-se aqui sobre o salário mínimo. Depois de um grande debate, elevamos o salário mínimo para 240 reais. Se tivéssemos utilizado o que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso designou no Orçamento Geral da União para o salário mínimo, teríamos hoje um valor entre 212 e 220 reais, não mais do que isso. E alguns ainda defendiam o salário mínimo de 100 dólares! Esses terão de rever sua posição, porque hoje o dólar vale 2,96 reais — ou seja, faltam 50 reais para alcançarmos 100 dólares como salário mínimo. Portanto, acho que temos uma política econômica inicial acertada. Ao fazer suas considerações, a Oposição não tem base para criticar aquilo que temos apresentado no início do Governo.

Quero fazer três perguntas.

Em 2001, Sr. Ministro, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso previu um crescimento do PIB de 4% ou 5%, mas o crescimento foi de 1,4%. Em 2002, previu um crescimento do PIB de 4% ou 5%, mas foi efetivamente de 1,3% ou um pouco mais. Para 2003, a previsão era de 4%. E as previsões são de que iremos chegar ao crescimento de 2% ou 2,5%. Estamos prevendo crescimento do PIB de 3,5% a 4,5%. Qual é a mágica ou base real para chegarmos efetivamente a 4,5%?

Vivemos um novo momento, e acho que precisamos fazer um debate com objetivos concretos. Efetivamente, chegaremos aos 4,5% de crescimento do PIB ao final do nosso Governo. Fernando Henrique Cardoso prometeu um crescimento em três ou quatro anos e acabou não cumprindo o que havia prometido. Acho que temos de afirmar positivamente, perante a sociedade, a possibilidade real e objetiva de crescimento do nosso País.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A segunda questão é a seguinte: no PPA, temos a previsão de superávit primário de 4,5%.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Sem querer cercear a palavra de V.Exa., peço-lhe que seja mais rápido, porque estamos na Ordem do Dia e ainda há outros Deputados a serem ouvidos.

**O SR. DEPUTADO ARY VANAZZI** – Já vou concluir.

Estamos prevendo superávit primário de 4,5%. Esse percentual nos leva a crer que vamos ter menos investimentos nas políticas sociais deste País.

Minha grande inquietação é porque o Brasil vivenciou, durante as eleições, a preocupação com investimentos nas áreas sociais e com a recuperação da grande dívida social que o Governo Federal tem com a sociedade. Essa receita excedente vai ser efetivamente aplicada em políticas sociais? Onde vamos aplicar o lucro que representa o superávit primário?

Por fim, Sr. Presidente, quanto à receita vinculada, acho que é grande o debate a se fazer, pois essa é uma preocupação enorme. Mas há uma área neste País com a qual temos uma dívida social, e o Governo iniciou bem, com a criação do Ministério da Cidade. Vou propor nesta Comissão um debate sobre a questão habitacional. Temos de encontrar um jeito de criar uma receita vinculada para investimentos em habitação popular, pois não podemos admitir que 12 milhões de famílias vivam de forma precária. Como os recursos sempre são escassos, precisamos fazer um debate diferenciado, pois temos o papel de aprofundar a discussão sobre a vinculação de receitas na política nacional brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** – Sr. Presidente, prezado Ministro, fiz uma indagação a V.Exa. com respeito às obras inacabadas. Muitas delas ficaram como Restos a Pagar, a que V.Exa. se reportou, com contratos assinados e devidamente empenhados, o que traduz um desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quando mostro a V.Exa. a prioridade da inclusão na LDO, isso se deve também ao respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando não existe a diretriz na LDO, a indagação é: como ficam efetivamente essas obras, do ponto de vista da execução, já que existe restrição financeira? Até porque o prejuízo à população e aos contratos que estão parados talvez onere mais o próprio Erário. É uma observação adicional que faço, para que possamos aprofundar um pouco mais a discussão.

Tenho também outras duas perguntas. Em relação ao salário mínimo, a que V.Exa. já se reportou, ele ficou sob o título de contingência. Não seria o caso de incluir nos recursos alocados as contas previdenciárias afetadas? Ou seja: a partir do momento em que fica a previsão do reajuste do salário mínimo na verba de contingência, não se torna abstrato, já que essa verba de contingência é imprevisível?

Houve um precedente nesta Comissão, quando, no ano passado, estipulamos o valor do salário mínimo e alocamos os recursos na LDO. Foi uma inovação que muitos dos colegas e eu consideramos extremamente benéfica para o Governo e para o próprio trabalhador, que teve de antemão a perspectiva de um aumento real, na época. Mas prevíamos como factível, porque incluímos e deixamos claro o seu reajuste. Volto a insistir nesse ponto em função da apropriação do título previsto na LDO.

De igual forma, Sr. Ministro, quero fazer duas indagações sobre a programação dos recursos do FAT. Não há, na priorização desses recursos, consideração relativa às dotações regionalizadas. Não seria o caso de fazermos com que as dotações que prevêm o desenvolvimento a cargo do BNDES constassem da Lei de Diretrizes Orçamentárias, apresentadas de forma regionalizada ou por setores econômicos? Assim, não deixaríamos essa discussão fora do Congresso Nacional e para a decisão exclusiva do Poder Executivo, já que o BNDES gere as demais agências de fomento.

Falando em agências de fomento, quero ressaltar que, pelo que consta da LDO, as aplicações das agências financeiras oficiais de fomento têm investimentos em torno de 225 bilhões de reais, mas não está absolutamente prevista, em nenhum momento, a forma dessa aplicação. O que se prevê na LDO é apenas a decisão discricionária dos gestores dessas instituições financeiras, que são agências de fomento e de desenvolvimento do País.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Seria importante que pudéssemos antever esse debate na LDO, porque, como não foram apresentadas as metas nem os quadros, ficamos com uma discussão vaga. Temo que a discussão do Orçamento — a não ser que V.Exa., conforme solicitado por outros companheiros, possa antecipar a apresentação das metas e prioridades — se prolongue demais em função das não-inclusões que citei.

Por fim, Sr. Ministro, quero reportar-me à questão dos Restos a Pagar, em que a LDO de 2003 limitava a inscrição em 50%. Na verdade, V.Exa. deu uma explicação rápida sobre essa questão, e não a absorvi. Gostaria que V.Exa. explicitasse mais o assunto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Sr. Ministro, gostaria de parabenizá-lo pelo projeto de lei apresentado, que traz ao debate a preocupação do Governo quanto ao princípio do desenvolvimento sustentável. Passamos uma década com crescimento muito pequeno, com altos e baixos, e parece-me ser preocupação do Governo estabelecer como princípio o crescimento econômico sustentável. Talvez não seja preocupação do Orçamento ter como único pressuposto o equilíbrio fiscal, mas também o equilíbrio social, ao listar como funções das agências de fomento combater a fome e gerar empregos. Isso demonstra o comprometimento do Governo Lula com a questão social.

Outro aspecto também muito importante é o respeito ao Parlamento em relação às reformas da Previdência e tributária. A Casa vai discutir as reformas que poderão fazer alterações profundas na Previdência Social e na receita, ampliando ou não a carga tributária. Parece-me que a LDO deste ano é neutra quanto a esse aspecto, porque aguarda o Congresso Nacional se manifestar sobre as reformas, que poderão fazer profundas alterações. Isso é um elemento extremamente importante e assinala a preocupação do Governo em auscultar o Parlamento brasileiro.

Pergunto a V.Exa. sobre as vinculações orçamentárias. Em face do engessamento por que passa o Governo em relação à DRU, qual a possibilidade de discussão sobre o fato de as despesas vinculadas não estarem submetidas a uma meta de desempenho? A vinculação a um valor fixo também pode levar ao desperdício e ao engessamento. Sugiro colocarmos a vinculação dentro de uma meta de eficiência, de tal forma que a cada tempo se possa avaliar o seu alcance.

Por exemplo, no caso da saúde, se melhorassem as condições de saúde do povo brasileiro, não poderia a despesa vinculada à saúde ser um pouco reduzida no ano seguinte e priorizar-se outra infra-estrutura social? No caso inverso, se as condições de saúde piorassem, a vinculação não poderia aumentar um pouco, de tal forma que pudesse haver variação de comprometimento social da vinculação da receita?

É a pergunta que faço ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado João Almeida. *(Pausa.)* Ausente S.Exa.

Deputado Rogério Teófilo. *(Pausa.)* Ausente S.Exa.

Tem a palavra o nobre Deputado Márcio Reinaldo.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** – Sr. Presidente, ao cumprimentar V.Exa., cumprimento também o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão pela bela tese apresentada.

Sr. Ministro Guido Mantega, quanto à LDO, confesso a V.Exa. que fiquei frustrado com a ausência das metas prioritárias para elaboração do orçamento futuro. Digo isso porque o Brasil está precisando de algumas mensagens que mudem a perspectiva da juventude e daqueles que não têm postos de trabalho.

Fiquei muito preocupado com recentes telefonemas que recebi de moradores de cidades consideradas de bom calibre pedindo informações sobre Angola, pois tinham intenção de trabalhar naquele país. Quem acompanha as evoluções internacionais pode imaginar o que essas pessoas estão passando para se disporem a mudar para um país como Angola, em busca de trabalho.

Em recentes discussões com embaixadores na Comissão de Relações Exteriores, constatamos que hoje mais de 2.200 brasileiros residem em vários países do mundo,



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

principalmente em Portugal e nos Estados Unidos, em busca de trabalho, passando por privações e perseguições, às vezes em prisões.

Como ex-integrante do Ministério do Planejamento, dirigido agora por V.Exa., acostumei-me a pensar um pouco em programas de desenvolvimento regionais. Pergunto então se não estaria na hora de o Brasil buscar programas de desenvolvimento, esquecidos há mais de dez anos, que abram portas e opções para a juventude, seja no Norte, seja no Nordeste, seja em regiões que apresentem perspectivas de evoluções das quais a mocidade e os trabalhadores estão carentes. Vejo aí um papel primordial do Estado, uma vez que cada vez mais estamos nos perdendo com os parâmetros de superávits primários e outros que nos estrangulam.

Como fico preocupado com essa linha traçada, gostaria de contribuir com a elaboração da LDO por meio de emendas e papéis que posso desempenhar como Parlamentar, tais como apontando perspectivas.

Sei que V.Exa. dirá que agimos de maneira atropelada, porque o PPA só virá daqui a algum tempo. Mas a LDO seria especial indicador para que a população tivesse alguma esperança de evolução. O Estado deve mostrar sinais de que está disposto a contribuir com esse melancólico quadro de desemprego, de falta de opção, que está enterrando as esperanças da juventude.

Conforme disse anteriormente, recebi telefonemas de moradores de Uberlândia, em Minas Gerais, a segunda cidade em capacidade de crescimento do Estado, dizendo que estão sem esperança e que pretendem ir para Angola. Isso me faz pensar muito sobre o meu papel no Parlamento, principalmente como agente público do Brasil.

Conclamo aos técnicos do Governo para pensarem um pouco sobre essa situação, porque, acima do salário que defendem para manutenção das atividades, têm o grande compromisso com a sociedade brasileira. Esse é um ponto fundamental.

Vou cutucar um pouco mais na questão sobre Restos a Pagar, muito citada aqui. Restos a pagar, conforme está definido na Lei nº 4.320, é uma dívida fundada e como tal deve ser considerada; inclusive não entrando nas contas de resgate de dívida, não influenciando no superávit posterior.

Peço a V.Exa. que se posicione sobre o tema, porque o saldo, que passa de um exercício para outro e é receita financeira disponível para cobrir a despesa, não compromete a meta do superávit primário. V.Exa. já disse que os recursos são limitados, além de termos imensas prioridades. Estou consciente de que até no Ministério da Fazenda faltará papel, a partir de junho, para fazer a máquina funcionar. A situação é gravíssima. Até setores que dispõem de recursos vinculados à CPMF e à COFINS, como o da saúde, estão precaríssimos. O quadro é angustiante.

Deixo essas questões para reflexão de V.Exas. Vou me fixar à perspectiva que, sinceramente, passei a nutrir, no sentido de ver nos futuros trabalhos deste Governo, basicamente na LDO, a probabilidade de gerar emprego para a juventude.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Depois do último orador inscrito, passo a palavra ao Sr. Ministro Guido Mantega.

**O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA** – O Deputado Ary Vanazzi pergunta se as atuais projeções econômicas são semelhantes às do Governo anterior, que projetou para os anos de 2000, 2001 e 2002 taxas de crescimento que não se verificaram. Em 2001 e 2002, por exemplo, foram de 4,5%. Nossas projeções são mais realistas, em função das medidas de ajustes macroeconômicos e do programa de desenvolvimento que colocaremos em prática nos próximos meses. Estamos criando condições para um crescimento sólido, sustentado e não eventual, como ocorria no Governo anterior, que gerou brutal dívida pública, deixando o País em situação vulnerável, sujeito às freqüentes oscilações do mercado internacional. As projeções que estamos fazendo são baseadas em fundamentos mais sólidos. Hoje se caminha para o equilíbrio das contas externas, principal alçôz da economia brasileira nos últimos oito anos. Ficamos sujeitos a um déficit de enormes transações correntes na gestão anterior, à crescente necessidade de dólares para fechar as contas, o que nos colocou em situação de instabilidade. Quando a situação era favorável, a economia cresceu um pouco; quando era desfavorável, a economia deixou de crescer. Estamos mudando essa relação, a estrutura do País, o que é importante, começando por



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reduzir essa vulnerabilidade externa, diminuindo o déficit de transações correntes. Precisaremos de menos capital externo para fechar as contas. Portanto, estaremos menos sujeitos às oscilações do mercado financeiro internacional.

Em segundo lugar, estamos dando maior solidez fiscal ao Governo, porque nesse tempo todo o desequilíbrio das contas externas, aliado à política monetária pouco racional, desordenou as contas públicas, causando um círculo vicioso: o desequilíbrio externo, com política monetária ortodoxa rígida, gerou enorme conta financeira e desequilibrou o orçamento fiscal, com déficits fiscais e aumento da dívida pública, que duplicou de 30% para 60% do PIB.

Atualmente estamos mudando essa dinâmica, a começar pelos desequilíbrios das contas externa e fiscal do Governo. Daí a necessidade de se fazer, inicialmente, maior esforço fiscal. Sempre critiquei elevados superávits primários, mas em determinadas circunstâncias eles são necessários. Não vejo outra saída, pela situação em que encontramos o Brasil em 1º de janeiro de 2003: sem credibilidade, sem um tostão de crédito internacional, com o Risco País entre os três maiores do mundo. Teríamos de fazer um tratamento de choque, de recuperação, de credibilidade no País. E foi o que fizemos, com o superávit primário de 4,25%.

Com essas ações, porém, teríamos de possibilitar a mudança da política monetária o mais breve possível e não mantê-la, a exemplo do que fez o Governo anterior, ao longo de oito anos, levando-nos a pagar o serviço da dívida de forma irracional, descomunal. Conforme citei anteriormente, o serviço da dívida apenas no setor federal, o ano passado, foi de 134 bilhões de reais, dinheiro jogado pela janela. Ao mudar essas condições, estaremos criando condições de crescimento sólido.

Além do ajuste macroeconômico que está sendo feito, em breve estaremos anunciando um programa de desenvolvimento. O Plano Plurianual pretende mandar para a ordem do dia uma agenda de desenvolvimento com políticas industrial, agrícola, de comércio exterior e ações de Estado inexistentes no período anterior, dando condições para que o crescimento econômico seja sustentado, o que se repetirá em escala maior nos anos seguintes. Em função disso, teremos espaço, mesmo com maior esforço fiscal, para promover gastos com o social. Aliás, desde o primeiro momento de governo procuramos privilegiar os gastos sociais, criando o importante Programa Fome Zero. À medida que essa situação virtuosa for sendo instalada no País — e acredito que no próximo ano teremos uma situação muito mais confortável do que a deste ano —, teremos, mesmo com o superávit primário de 4,25%, maiores recursos para a área social. Com mais crescimento do PIB, com o aumento da arrecadação, com as reformas tributária e previdenciária, teremos maior folga orçamentária, o que nos possibilitará fazer investimentos que este ano não pudemos fazer. E teremos crescimento consolidado.

Sobre a questão da escassez de recursos para obras inacabadas, já antecipei a resposta no segmento anterior. Reconhecemos que há falta de recursos. Isso acaba prejudicando principalmente projetos e investimentos. Tentaremos acomodar, primeiro, os projetos em andamento, com recursos adicionais que poderão advir do excesso de arrecadação. Apostamos no aumento da receita, o que nos possibilitará acrescentar recursos para esses tipos de projetos.

Quanto a Restos a Pagar, são uma dívida fundada, quando se enquadram nos critérios estabelecidos. Ou seja, foi feita a licitação, foi assinado o legítimo contrato, e a obra teve início. Portanto, enquadrou-se nos critérios. Existem, porém, Restos a Pagar que não se enquadram nesses critérios. É o caso de começar a obra sem que tenha sido feita a licitação ou assinado o contrato. Ou então, muitas vezes, foi feito o empenhamento de despesa. Estão, portanto, em situação irregular. O nobre Deputado Márcio Reinaldo Moreira, que foi do Ministério do Planejamento, conhece a situação melhor do que eu. Foi feito o empenhamento, mas a obra não começou. Não foi feita licitação. Então, não se trata de Restos a Pagar, mas de restos a fazer. Cabe anulá-los e reinscrevê-los no ano seguinte. É o que eu tenho a dizer sobre obras acabadas e Restos a Pagar.

Em relação ao salário mínimo, caberá ao Legislativo indicar ou não maior recurso na verba de contingência para fazer face ao aumento do salário mínimo no próximo ano. Isso não foi feito por ocasião da LDO, mas do orçamento fiscal. Então, na LDO do ano passado também não constava, em reserva de contingência, verba para sustentar o aumento do



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

salário mínimo. Isso foi feito por ocasião da lei orçamentária. Poderemos discutir se cabe ou não colocar o recurso na votação da lei orçamentária.

Quanto à regionalização dos recursos do FAT e das agências de fomento, não seria recomendável — pelo menos de acordo com meu ponto de vista —, uma vez que estou reclamando do excesso de constrangimentos no orçamento fiscal. Estaríamos acrescentando novos constrangimentos para agências de fomento, que são nacionais. Temos agências de fomento regionais. Aí, sim, elas têm obrigação de canalizar recursos para ações regionais. Mas as agências nacionais precisam de liberdade para canalizar recursos de acordo com as prioridades estabelecidas, que devem ser públicas, devem ser apresentadas ao Congresso.

Aliás, o art. 87 da LDO prevê que o Poder Executivo enviará ao Congresso, até quinze dias após o encaminhamento da proposta de lei orçamentária, um plano de aplicação de recursos das agências. Já está previsto em lei que, após o encaminhamento da proposta orçamentária, as agências de fomento devem apresentar um plano de aplicação ao Congresso. Então, isso é público e controlável pelo Parlamento.

Não estamos repetindo o dispositivo que reduz os Restos a Pagar de 2004, como foi feito nos anos de 2002 para 2003, por não ser necessário. O crescendo de Restos a Pagar levou o Governo anterior a fazer essa proposta. Não sei se foi do Executivo ou do Legislativo a redução de 50% dos Restos a Pagar.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** – Foi do Executivo.

**O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA** – Então o Executivo procurou limitar o crescendo de Restos a Pagar, que começa a ameaçar o equilíbrio orçamentário. Já houve contenção, podemos manter as coisas como estão.

Em parte, os Restos a Pagar são responsabilidade do Governo, que se empenhará para que eles não cresçam no próximo orçamento fiscal. Por isso não os colocamos.

O Deputado que saiu me perguntou se o desenvolvimento sustentado que deve ser implementado no País tem de visar não só ao equilíbrio fiscal, como ao equilíbrio social. Claro! O equilíbrio fiscal, a estabilidade do País não são um fim em si mesmos, mas somente um meio para promover o crescimento sustentado e o equilíbrio social. A propósito, o equilíbrio social é prioridade e compromisso deste Governo, como também o combate à miséria e a redução da desigualdade de renda. Esse é o compromisso básico do Governo, o que não se obtém apenas com equilíbrio fiscal. O equilíbrio fiscal é apenas o patamar mínimo em cima do qual deve ser construída uma agenda de desenvolvimento, que será anunciada em breve.

Quanto à ausência de metas prioritárias na LDO, eu também tenho certa frustração. Sinto que não podemos incluí-las ainda, porque vai atrapalhar a elaboração do Plano Plurianual, que justamente na atual fase está definindo as metas prioritárias que o Governo pretende desenvolver ao longo de quatro anos. Então, em breve, muito antes do término dos prazos para apresentação do Plano Plurianual, estaremos discutindo com a sociedade e com o Congresso Nacional quais serão essas metas prioritárias. Portanto, o Legislativo será convidado a participar da definição dessas metas, que de alguma forma poderão ainda ser incluídas na LDO nesta instância.

Quanto à questão de que há pessoas que telefonam para Deputados dizendo que pretendem mudar de País, tenho a dizer que, infelizmente, essa foi a situação implantada no Brasil ao longo dos últimos oito ou dez anos. Nosso País cresceu pouco, teve desempenho econômico pífio e frustrou a expectativa de vários brasileiros, que foram obrigados a procurar emprego no exterior. Acredito que em breve poderemos inverter esse fluxo migratório, apresentando condições de trabalho, de emprego e de renda mais elevada para os brasileiros que foram obrigados a abandonar o País e passar dificuldades no exterior.

Estamos numa fase de transição. Alguns brasileiros ainda não perceberam as oportunidades que começam a surgir daqui para frente. Espero que consigamos interromper o fluxo migratório a que me referi, criando condições para que os brasileiros não deixem mais o País; pelo contrário, que encontrem condições de trabalho aqui.

Eram essas as minhas considerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Comunico que no plenário da Câmara dos Deputados está havendo votação nominal. Quero recordar que o prazo para apresentar emendas à LDO vai até o dia 12 de maio.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agradeço a todos a presença, especialmente ao Ministro Guido Mantega e aos seus auxiliares, que deram uma aula sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, explicando com franqueza a realidade brasileira e aquilo que impulsionou a elaboração da LDO. Acredito que, agora, cabe a nós fazer as alterações pertinentes.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Retornei do plenário já no final desta reunião, mas ainda ouvi o Ministro dizer que há contas a fazer e contas a pagar. Sinceramente, eu não tinha assistido a essa aula.

Conheço Restos a Pagar, porque está na lei, é explícito, está explicado, é definido. Mas restos a fazer é uma nova criação que eu não conhecia. Isso é uma invenção. No momento em que existe o contrato assinado, o convênio assinado, o empenho feito, é obrigação das duas partes cumprir o que foi determinado. Cabe à Prefeitura realizar a obra e ao Governo, pagar pelo que contratou. Não existem restos a fazer, existem Restos a Pagar, existe compromisso contratual. Cumprimos o compromisso com o Fundo Monetário Internacional, com o BIRD, com o BID e com todos os instrumentos internacionais. Não há por que não cumprir os compromissos assumidos com as Prefeituras. Não há explicação alguma para isso.

**O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA** – Permita-me responder, Sr. Presidente. Existem restos a fazer. É o caso de alguns projetos ou obras que foram empenhados, mas não iniciados. Não existe nada feito em relação a eles.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Essa qualificação não existe em lei alguma.

**O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA** – No apagar das luzes do Governo anterior se fez um empenhamento, mas de algo que não se começou. Então, são restos a fazer, sim, senhor. Nesse caso não se começou nada.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Luzes? Enquanto o Governo não acaba, não existe apagar das luzes. Existe?

**O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA** – Existe.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Não existe apagar das luzes. Existe um período de governo constitucionalmente definido, com todas as obrigações definidas. Não existe apagar das luzes. Isso é conversa de palanque.

**O SR. MINISTRO GUIDO MANTEGA** – Existe. Nós tivemos...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Quero fazer uma réplica. Agradeço ao Ministro as exposições. Digo que não estou muito à vontade nesta Comissão, ao ver, na condição de ex-Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso, o Ministro fazer críticas tão à vontade sobre o que passou.

Sr. Ministro, na verdade, na maioria das vezes, aprovamos o Orçamento nesta Casa com o voto favorável do partido de V.Exa.. Então, não gosto dessa forma bastante à vontade com que V.Exa. critica a herança que recebeu. Mas eu gostaria de tranquilizá-lo no sentido de que nós, que hoje somos Oposição, faremos na LDO as emendas necessárias para que o salário mínimo tenha aumento de 100%, conforme promessa do Presidente da República. No entanto, consta na LDO aumento de zero por cento do salário mínimo para os três anos. A Câmara não vai aceitar essa posição. V.Exa. deve conhecer esta Casa. Esse cheque em branco para que se cancelem programas percentualmente e que permite zerar subtítulos também não vai ser aprovado aqui.

Sr. Ministro, gostaria apenas que V.Exa. lembrasse que a transição do Governo foi feita da maneira mais adequada possível e que somos sócios do País. Todas as situações de risco por que passamos, como risco país/dólar, deveram-se exclusivamente ao crédito que o mercado deu ao discurso do PT. O mercado achou que o PT, se ganhasse as eleições, faria o que prometeu, mas não fez. Então, têm de administrar o risco Lula. Foi o efeito Lula que



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

causou o aumento do dólar, o aumento do Risco Brasil, o aumento da dívida pública. Desta forma, cada um fica com sua parte do risco, mas nós trabalharemos na LDO para que nenhuma promessa deste Governo deixe de ser cumprida.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO** – O Deputado Alberto Goldman tem o costume de fazer algumas ridicularizações que, na prática, voltam para ele próprio e para quem tem o mínimo de memória quanto à atuação do Governo dos tucanos, especialmente nos últimos oito anos.

Então, quero dizer que o termo que o Ministro usou é inteiramente cabível, porque foi feita uma chuva de liberações de caráter eleitoreiro, oportunista.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Coisa do Orçamento. São aquelas emendas individuais, Deputado. São as emendas individuais do Orçamento que todos os Deputados fizeram. O que é isso? Acusação gratuita.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO** – Peço que minha palavra seja garantida, Sr. Presidente. E o Ministro não somente quer ser transparente na sua fala, como mostra dados. Não são só boas intenções que o Governo Lula apresenta para a sociedade, Sr. Deputado. Ele tem, na verdade, uma credibilidade que solidifica o presente e o futuro do País, aqui e na América do Sul. Hoje, há empresários pedindo ao Governo Lula para que não deixe o dólar baixar mais. Isso é um dado, é realidade.

Outra realidade inquestionável que V.Exas. não querem ver, mas que é muito visível, é que todas as pesquisas de opinião recentes mostram que mais de 80% do povo brasileiro aprovam este Governo. Então, os piores cegos são os que não querem ver.

Portanto, quem se lembra da atuação do Governo dos tucanos nos últimos oito anos e vê, durante a discussão sobre a LDO, a bela, coerente e limpa exposição feita pelo Sr. Ministro Guido Mantega, não pode ater-se a contestações superficiais. Estamos aqui também para confirmar o que o Governo Lula está fazendo e a que veio. E o povo brasileiro já está constatando.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com palavra o Deputado Eduardo Valverde.

Peço apenas que seja breve.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Fico abismado com as manifestações da atual Oposição, que não consegue ver pontos fundamentais hoje apontados — entre eles o crescimento sustentável. O Brasil passou quase vinte anos tendo um crescimento medíocre. Esta é a primeira vez que a Lei de Diretrizes Orçamentárias aponta como princípio orçamentário o crescimento econômico.

Se o Brasil tivesse mantido o superávit primário nos últimos oito anos, talvez não chagássemos ao ponto de ter de cortar despesas fundamentais. De acordo com os economistas, se o Governo FHC tivesse mantido o superávit primário, o País não estaria tão vulnerável. Graças à competência do atual Governo, resgatamos a credibilidade do País; tanto que o dólar vem caindo, bem como o Risco Brasil, com reflexos na taxa de juros. Isso demonstra que o caminho está certo. Sei que é difícil para a Oposição aceitar esse fato, mas ela não pode ser cega. Digo o mesmo ao Deputado Alberto Goldman, que estimo pela competência. A Oposição tem de reconhecer que o caminho é...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – O que me surpreende é a mutação genética, a questão biotecnológica.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** – Não é isso, Deputado. Temos de ter clareza, não podemos negar a realidade tal qual ela é. Sei que a Oposição vai chiar. Aliás, esse é o seu papel.

Concluindo, afirmo que o caminho apontado pelo Ministro está correto. O Governo respeita o Parlamento de tal forma que o Orçamento apresenta condição neutra para permitir a discussão das reformas tributária e previdenciária nesta Casa. Seria controvertido se a LDO apontasse projeções ou incluísse possíveis projetos que pudessem afetar tais reformas. A LDO está neutra e permite ao Parlamento discutir. Isso é errado? A conduta é a mais democrática possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado, peço a V.Exa. que conclua.



## CONGRESSO NACIONAL

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA** – Sr. Presidente, eu não poderia ficar calado diante deste debate. Esta Comissão conta com a presença de alguns economistas. Aqui quem fala é um operário no seu quarto mandato de Deputado Federal, que diz com clareza que o nosso ex-Líder teve muita sapiência para lidar com as coisas na qualidade de Oposição. O mesmo não aconteceu em relação ao Deputado Alberto Goldman, ex-Ministro dos Transportes, que muito respeito.

Sei da dificuldade que há hoje. Todo mundo achava que o Governo Lula ia chegar a uma situação de solvência para o País. Mas é só o contrário que estamos verificando. Estamos tendo coerência em tentar demonstrar isso para a sociedade, com paciência e discussão, coisa que nunca houve nesta Casa.

Evidentemente, nós, enquanto Oposição, muitas vezes votamos todos os Orçamentos com o Governo, não votamos contra. Mas temos clareza da necessidade que tem hoje o País. O Brasil está mudando. Por isso é que hoje a própria Oposição fica com dificuldade de fazer oposição, usando de alguns artifícios internos e algumas palavras técnicas.

Ministro, quero agradecer a V.Exa. exposição e dizer que aqui haverá, sim, companheiros que vão estar presentes no momento em que houver críticas ao nosso Ministério. Vamos defendê-lo, porque temos clareza de que estamos no rumo certo, mesmo tendo recebido o País arrasado. Hoje estamos vendo sinais de que o povo brasileiro começa a ter esperança. O povo humilde, que está lá embaixo, está tendo emprego e voltando a raciocinar com esperança.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha. Peço-lhe apenas que seja breve.

**O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA** – Sr. Presidente, serei breve. Sou membro desta Comissão de Orçamento há três anos. Tenho lido e estudado a LDO enviada para cá este ano. Estão criticando aqueles que enxergam apenas o dia em que a LDO chegou aqui, sem olhar para os oito anos de destruição do País.

Se hoje o desenvolvimento do Brasil não é aquilo que desejamos, é porque temos uma herança que, diga-se de passagem, é maldita mesmo. Herdar o que herdamos no que diz respeito a economia... Em dezembro o País não tinha crédito para pegar um centavo de dólar em qualquer lugar do mundo, porque estava quebrado. Dizer que a situação do País é em função do efeito Lula não está certo. Não é. Simplesmente se justifica pela incompetência de quem o governava. Qualquer eleição em país com a economia equilibrada não gera desequilíbrio financeiro e econômico. O Brasil viveu isso porque passou oito anos em intensa dependência financeira no âmbito mundial. Então, vamos, a partir desta LDO, começar a traçar um projeto de crescimento para o País. E vamos ver daqui a quatro anos. Tenho absoluta certeza de que faremos muito mais do que fizeram os Tucanos em oito anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Paulo Bernardo.

**O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO** - Sr. Presidente, quero fazer breve reflexão sobre o aconteceu nesta audiência, principalmente no final. O que o Congresso Nacional — não só a Comissão de Orçamento, mas também a Câmara dos Deputados e o Senador Federal — vem fazendo é banalizar as audiências públicas com a presença de Ministros. Só hoje estão quatro Ministros presentes no Congresso Nacional.

Em segundo lugar, estamos faltando com o respeito não apenas com os Ministros, mas com esta instituição. Começamos esta reunião com um grande *quorum*, com as bancadas cheias, e agora temos presentes seis Deputados. Isso é uma falta de auto-respeito. Não estamos respeitando esta instituição e nem dando a ela a importância merecida. Então, não vamos convocar Ministros, não vamos chamar ninguém aqui para fazer discussão com recinto vazio.

Outro assunto. O Deputado Alberto Goldman saiu, foi votar no plenário. Nós aqui estamos tentando finalizar a discussão, porque vai encerrar-se a votação nominal no plenário. Deputado Alberto Goldman, devemos ter lealdade. Não podemos chegar no final da reunião e querer simular um bate-boca com o Ministro. Devemos fazer um debate franco sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, sobre as afirmações do Ministro, sobre as respostas que S.Exa. deu para as indagações. Enfim, vamos fazer um debate tranqüilo.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - Isso não é deslealdade, Deputado. V.Exa. não pode falar nesses termos. Eu fui o segundo inscrito. Cheguei aqui antes do Ministro. Saí para votar...

**O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO** - Mas V.Exa. saiu e votou. Eu ainda não fui votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não pode haver aparte.

**O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO** - Só para concluir, Sr. Presidente, quero comentar o que disse o Deputado Ricardo Barros sobre o risco Lula. Não é verdade o que S.Exa. disse. Outro dia no plenário, S.Exa. falou a mesma coisa, e rebati.

O que aconteceu? O Presidente, nosso candidato, em junho, divulgou uma carta ao povo brasileiro em que apresentou todas as premissas, as condições, as prioridades do seu pretense Governo. Informou como intentava governar os contratos. Ainda assim, enfrentamos um fogo cerrado, porque o Governo foi entregue ao Sr. Nizan Guanaes. Quem governou o Brasil, de junho a setembro, foi o Sr. Nizan Guanaes. Por meio de programa de televisão, fazia terrorismo, tentando se agarrar no osso, tentando não perder o controle. E foi isso que nos levou à situação de praticamente quebra, falência, descontrole que enfrentamos em novembro, quando o dólar bateu na casa dos 4 reais. Então, dizer que isso é risco Lula!

Hoje, estamos numa situação absolutamente tranquila. Se há um governante que atualmente tem credibilidade não apenas no Brasil, mas na América Latina e no mundo inteiro, é Luiz Inácio Lula da Silva. Ele ganharia eleição até na Argentina se fosse candidato. Todas as pesquisas mostram isso.

Portanto, temos de discutir aqui com tranquilidade. Conheço muito bem o sentimento de frustração de ser derrotado, de levar uma guasca de mais de 60% numa eleição e ter que vir para cá fazer discurso que ninguém mais acredita. O Deputado Eduardo Valverde disse muito bem: a Oposição está frustrada porque o Lula e o Ministro Palocci estão conduzindo muito bem a economia. V.Exas. estavam, na verdade, torcendo para que a coisa fosse mal, para que a coisa não fosse bem conduzida, para que o dólar fosse a 6%...

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Deputado Paulo Bernardo, o Lula perdeu quatro eleições. Ele está apenas repetindo a nossa forma da macroeconomia.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** - V.Exa. está perdendo a estribeira, Deputado. Que é isso? Vá com calma. Quanto pior melhor, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Um por vez. Vamos fazer um debate equilibrado diante dos fatos e nos ater ao objetivo da reunião, que é discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com a exposição do Ministro. Não podemos sair dessa linha.

**O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO** - Estamos na etapa de debate. Teremos prazo para apresentação de emendas e discutiremos exaustivamente o assunto aqui. O Ministro veio hoje a esta Comissão e, se precisar, virá novamente. Se for o caso, iremos ao Ministério.

Queremos a assessoria constante do Ministério para a discussão. Vamos discutir com serenidade, sem criar uma situação que nos faça parecer donos da verdade.

Portanto, devemos ter muita tranquilidade para fazer o debate. Na votação resolveremos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Reitero o agradecimento ao Ministro pela sua presença e exposição.

Declaro encerrada a presente reunião.